

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CURSO DE MESTRADO EM *ARTES MUSICAIS* – 2003/05

BANDAS E MÚSICOS MILITARES EM PORTUGAL

Do século XIX ao XXI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de:

LUÍS MIGUEL TOMÉ CORREIA

Aluno n.º 14902

ORIENTADOR - Prof. Doutor:

JOÃO SOEIRO DE CARVALHO

Setembro de 2006

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>3</u>
<u>1 - PANORAMA EUROPEU.....</u>	<u>6</u>
<u>2 - RESENHA HISTÓRICA DA MÚSICA MILITAR EM PORTUGAL.....</u>	<u>8</u>
<u>3 - HISTORIAL DAS MAIS ANTIGAS BANDAS PORTUGUESAS</u>	<u>20</u>
3.1 – A BANDA DO EXÉRCITO.....	20
3.2 – A BANDA DA ARMADA.....	24
3.2.1 – Relatos da gravação do primeiro disco em Portugal.....	28
3.3 – A BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.....	30
<u>4 - A BANDA MILITAR VISTA PELA SOCIEDADE</u>	<u>34</u>
<u>5 - O MÚSICO MILITAR NOS SÉC.S XIX E XX</u>	<u>37</u>
5.1 – INTRODUÇÃO.....	37
5.2 – NOTAS BIOGRÁFICAS dos músicos mais representativos.....	39
5.3 – O MÚSICO MILITAR NO SÉCULO XIX através da vida de Eduardo Neuparth	45
5.4 – O MÚSICO MILITAR NO ALVOR DO SÉC. XX através de José C. Martinó	47
5.4.1 – Relatos da 1.ª Guerra Mundial.....	50
<u>COMENTÁRIO FINAL</u>	<u>52</u>
<u>GLOSSÁRIO.....</u>	<u>54</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>58</u>
SITES CONSULTADOS.....	62
<u>ANEXOS</u>	<u>63</u>
I - IMAGENS	
II - RESTANTES BANDAS MILITARES :	
<i>Porto, Évora, Madeira, Açores, FAP, PSP.</i>	
III - BANDAS EXTINTAS NO FINAL DO SÉC. XX :	
<i>RMC, EPI, RIT, GF.</i>	
IV - LEGISLAÇÃO (seleccionada de 1797 a 1937)	
V - OUTROS DOCUMENTOS	

INTRODUÇÃO

Banda Militar é um termo que aparece na Europa em finais do século XVIII designando uma banda regimental formada por instrumentos de sopro (madeiras e metais) e percussão (Polk 2003). No entanto em Portugal a denominação primeiramente utilizada para este tipo de agrupamento não foi esta:

*Ao que tudo indica, foi por volta da última década do século XVIII que as bandas de música, sob o modelo dos conjuntos de Harmoniemusik, ingressaram definitivamente no exército português. Concomitantemente, a palavra charamela [usada até então para designar genericamente esses grupos] caiu em desuso, sendo substituída por “música”, que antecede o termo banda (Binder 2004: 10). [Para mais esclarecimentos sobre terminologia cfr. *Glossário: Banda, Charamela, Harmoniemusik, ...]*

No contexto da musicologia portuguesa poderá à primeira vista parecer uma temática inócua, se pensarmos na banda como um corpo estático, essencialmente de militares que tocam música, e não de músicos profissionais que, como outros, envergam um traje específico e interagem com o meio em que se inserem.

O senso comum ao pensar em militares, pensa numa estrutura rígida, altamente hierarquizada e que veicula uma série de preceitos predefinidos da política do Estado. No entanto com a instituição das bandas, e principalmente a partir do século XIX, o estatuto da banda no meio militar e a actividade do músico militar, sempre foi bastante livre destes grilhões que aparentemente toldam a sensibilidade musical, sendo neste aspecto verdadeiros espaços de liberdade artística e formativa, quer durante a Monarquia ou mesmo no Estado Novo. É preciso não esquecer que ainda hoje o Estado emprega mais músicos na Defesa ou Administração Interna, do que no Ministério da Cultura (!).

A razão principal que me levou à escolha deste tema, para além de ser uma área a que tenho ligações, foi sem dúvida a falta de estudos ou publicações que de um ponto de vista global tratem do aparecimento e evolução das bandas militares em Portugal, e da marca indelével deixada até hoje de muitos dos seus ilustres membros.

O pouco que tem sido produzido ao longo de mais de um século, são obras esparsas, mais ou menos laudatórias ou evocativas, sobre esta ou aquela formação, sobre este ou aquele personagem, além de entradas em dicionários ou capítulos de obras abrangentes, não existindo uma visão de conjunto, actualizada, que nos possibilite reportar à história em geral, e avaliar o seu peso relativo.

Como afirma Fernando Binder evocando o estudo de Edward Tarr (*Die Musik um die Instrumente der Charamela Real*. In: *Lissabon. Forum musicologicum: Basler Studien zur Interpretation der alten Musik*. Zurique, v.2, p.181-229, 1980) :

Até o presente momento, o grupo de instrumentos de sopro português melhor estudado é o conjunto de trompetistas da corte portuguesa, um dos dois grupos que formavam a Charamela Real, instituição musical que atuou entre c.1454 até a segunda metade do século XIX que, além de trompetes, também possuía uma banda de música. No restante, a bibliografia sobre o assunto é bastante escassa e desatualizada (...) (Binder 2004: 6).

Para além do atrás exposto, senti com este trabalho que indo um pouco mais além na pesquisa, se descobrem relações por vezes surpreendentes entre a história da música e as organizações militares em Portugal, como por exemplo, este documento de 1810 existente no Arquivo Histórico Militar:

António Leal Moreira, mestre de música do Real Seminário Patriarcal, compositor da Real Câmara e tenente agregado da 5.ª Companhia do Batalhão de Caçadores de Lisboa Oriental, pede a demissão e a graça de conservar as honras inerentes em vista do bom serviço que fez. (B.A.H.M. 1984: 205).

Ou então esta interessante revelação feita na primeira pessoa, por um dos nossos maiores compositores, Fernando Lopes-Graça:

Eu até entrei na música pelas mãos da tropa, e não pelas da Igreja ou da Nobreza, como nos belos tempos em que o músico era ungido do Senhor ou de Sais! (Lains 2004)

A função da Banda Militar, em grande parte da sua história, é para a sociedade civil em que se enquadra, de natureza quase missionária, ao mesmo tempo preenchendo os seus elementos uma função social de referência junto das populações – *sabes mais c'ó mestre da música*- lá diz o povo; como confirmou o ilustre Luís de Freitas Branco sobre o papel dos músicos militares:

Na actual renovação musical do nosso país, são os orientadores principais do gosto pela música nas nossas províncias, nas ilhas, no ultramar, pois é grande a sua acção educativa sobre todas as classes sociais (*O Distrito de Portalegre* 9-12-1923 ap. Martinó 1999: 425).

O que aqui pretendo demonstrar, é a validade do papel da banda e a constante presença do músico militar na evolução da música em Portugal. Como participante e

contribuinte decisivo para o meio musical português, como condicionador da política cultural local e nacional, intervindo nos domínios mais elevados da arte musical ao longo dos tempos; mas também no domínio prático, mais pragmático de actor no terreno em empreendimentos que gravitam à volta desta actividade.

Tudo isto claro está, com diferentes *nuances* consoante a época, tendo especial relevância até ao aparecimento e hegemonia da radiodifusão numa primeira fase (que *grosso modo* coincide com a grande redução no número de bandas), e numa segunda fase até à democratização do acesso à educação e cultura verificada após o 25 de Abril de 1974.

Sendo assim, para estabelecer o paralelismo e as particularidades do caso português apresento a iniciar os principais marcos no desenvolvimento da música militar na Europa. De seguida o panorama geral português, da instituição das bandas até aos nossos dias, que é caracterizado essencialmente pela legislação produzida no Exército, que foi referencial para o grosso das bandas militares até à primeira metade do século XX. A próxima secção particulariza aquelas bandas militares herdeiras das mais longas tradições musicais no nosso país (*Exército, Armada, GNR*). Embora seja bastante difícil traçar exactamente qual será a primogénita, ainda mais quando aqui se trata especificamente de um agrupamento – *a banda*, resultado de um processo evolutivo que tem os seus antecedentes por vezes enviesados, mas como se constata esse epíteto recairá certamente entre o Exército e a Armada. (Nos *Anexos II e III*, estão incluídos textos sobre as restantes bandas militares portuguesas em actividade e sobre aquelas que foram extintas na última década do século XX).

Seguidamente, e no intuito de pelas palavras dos seus contemporâneos entender os vários aspectos da vida músico-militar e a sociedade, dedico o quarto capítulo a relatos retirados da imprensa da época e outros escritos. O retrato final do músico militar no século XIX e início do XX, é feito através de vários exemplos biográficos de algumas das figuras que mais se destacaram.

Por ser este um trabalho focalizado numa área restrita e não muito explorada, é incluído no fim um *Glossário*, maioritariamente sobre terminologia de instrumentos musicais, mas também, expressões e termos arcaicos, menos usuais, ou usados no contexto muito específico dos sopros ou da música militar. Os termos explanados no *Glossário* estão assinalados por um asterisco (*) no decorrer do texto.

1 - PANORAMA EUROPEU

Já no século XIII existiam grupos de charameleiros, trombeteiros e tambores, que anunciavam reis e acicatavam batalhas, uma clara influência do médio oriente trazida pelos Cruzados, que caracterizou a Idade Média tardia.

Herdeiras da *música alta** do Renascimento, as músicas militares no séc. XVII introduziram certas nuances. Nos exércitos europeus já distinguiam um grupo de músicos com função marcial*, relacionado com a rotina militar, diária ou mesmo de combate (por ex.: trombetas*, pífaros*, tambores*) que hoje em português poderemos designar por – *fanfarra**; de outro grupo diferente, com uma função artística, cerimonial, social (por ex.: *consort* de charamelas*, sacabuxas*, etc.), que sensivelmente desde o séc. XIX conhecemos por – *banda**. Enquanto os primeiros estavam assim plenamente integrados na organização, os outros eram normalmente músicos profissionais, civis contratados, apêndices à instituição.

Pelo fim da Guerra dos Trinta Anos (1646) os Guardas *Dragões de Brandeburgo* tinham uma banda de charamelas modelar para esta era: duas sopranos, uma tenor, um baixão* e tambor. Sob Luís XIV as bandas são organizadas seguindo o modelo alemão, mas com o desenvolvimento em França do oboé e do fagote, estes vão substituindo as charamelas e similares (c.1665) e deste modo constituem um referencial para os outros países: *C'est du règne de Louis XIV que date en France et dans toute l'Europe une réglementation précise de l'usage des instruments de musique aux armées* (Brenet 1917: 44). Por 1720 encontramos em Leipzig uma banda de: 3 oboés, 2 trompas e fagote, e numa gravura londrina de 1756 uma companhia de granadeiros integra mais novidades: 2 clarinetes, 2 trompas e 2 fagotes (*Harmoniemusik*).

Até ao fim do século XVIII o número de instrumentos vai sempre aumentando, outra característica que se vai impor (e que irá vincar futuramente o cunho da música militar) é a influência da música janízara e a consequente adopção da percussão turca - primeiro o bombo, mais tarde os címbalos e o triângulo. É nesta época que se vão institucionalizando as bandas regimentais: *En France, c'est en 1763 qu'ont été constituées les premières musiques régulières. Elles ont atteint leur apogée sur Napoleon et se sont conservées dans tout leur éclat* (Wartelle 1991 : 10).

Logo depois da *Revolução francesa*, ainda em 1789 é criada por Sarrette, a *Banda da Guarda Nacional de Paris* com 45 elementos, estrutura esta que vai introduzir uma nova concepção: a *banda sinfónica* - estabelecendo paralelismos com a orquestra.

Sob esta influência, as bandas alargam os seus objectivos - de uma função essencialmente militar para tarefas musicais e culturais junto da sociedade.

Uma típica banda de infantaria francesa em 1809 tinha o seguinte efectivo de 20 a 23 músicos: picollo*, requinta*, 6 a 8 clarinetes, 2 fagotes, 2 trompas, trompete, 2 ou 3 trombones, 1 ou 2 serpentões*, caixa, bombo, pratos e *pavillon chinois**.

O século XIX, prodigioso no invento de novos instrumentos e mecanismos de aperfeiçoamento (*Sistema Boehm**, pistons*, válvulas, etc.) a partir de 1845 temos já adoptados pelas bandas francesas muitos destes novos contributos, especialmente pelo mão de *Adolphe Sax, o Cristóvão Colombo dos instrumentos de metal, que pela invenção dos saxhorns*, das saxtubas, e saxotrombas, dos saxofones e dum chamado sino sinfónico, foi classificado por Meyerbeer de génio do cobre e do bronze sonoro* (Joaquim 1937: 27).

Em 1852 a banda da *Garde Républicaine* contava já com 55 elementos, nas bandas mais importantes, como esta, é comum utilizarem vários Contrabaixos de cordas e duas estantes de Violoncelos.

Já chegados ao século XX, na Alemanha existiam cerca de 560 bandas militares com 23 a 40 músicos cada, depois da I Grande Guerra o seu número reduziu-se a 140, hoje possui cerca de vinte bandas militares.

Nas últimas décadas vários países repensaram em termos financeiros o seu encargo com estes organismos, reduzindo muitos deles, sendo assim no final do século XX temos como exemplo: na Áustria – 13 bandas, Inglaterra – com 16 bandas principais (com 35 a 50 músicos) e 53 bandas regimentais (21-35 músicos), Itália – cerca de 40 bandas militares e outras forças, sendo usual a banda sinfónica com mais de cem elementos.

O paradigma da música militar continua no entanto nas mãos da *Garde Républicaine* que compreende uma vasta organização musical:

- *L'Orchestre de la Garde Républicaine*, que inclui *l'Orchestre d'Harmonie* (80 músicos) e *l'Orchestre à cordes* (40 músicos), juntas formam - *l'Orchestre Symphonique*;
- *La Musique de la Garde Républicaine*, inclui : *L'harmonie* (48 músicos) e *La batterie* (35 músicos);
- *Chœur de l'armée française*;
- *Fanfarre de cavalerie* (40 elementos);
- *Trompes de chasse*.

2 - RESENHA HISTÓRICA DA MÚSICA MILITAR EM PORTUGAL

As origens da música militar confundem-se com os primórdios das Forças Armadas, à própria essência da organização militar, na sua fase inicial, está ligada a música, como elemento indispensável, nas marcações cadenciais, toques para marcha das tropas, execução de tarefas, movimentos e um inculcar de heróicismo aos nossos e temor ao adversário, como canta o nosso imortal poeta:

*Já dão sinal, e o som da tuba impele
Os belicosos ânimos, que inflama;*
(Camões, *Os Lusíadas* VI-63)

Em Portugal é conhecido o emprego da música militar desde os alvares da Monarquia, tendo sempre os nossos reis ao seu serviço pequenos grupos compostos por instrumentos usuais nas diversas épocas:

Resa a História Militar que, quando da tomada de Lisboa aos mouros em Outubro de 1147, trombetas e charamelas convocaram os guerreiros, que para tam grande empresa esqueceram a rivalidade (Ribeiro 1939: 235).

Da Idade Média à actualidade, a música não mais deixaria de estar inserida na instituição militar portuguesa. Aos primitivos grupos formados por um reduzido número de músicos tocando instrumentos rudimentares, foram sucedendo a partir do final do século XVIII bandas de música com quadros de executantes cada vez mais alargados e instrumentos que progressivamente iam conhecendo melhor aproveitamento técnico.

D. Afonso V (1432-85) teve ao seu serviço, durante todo o seu reinado, uns 20 cantores, 15 trombetas, 4 chameleiros (o rei dos quais *mandaria em todos eles e os ordenaria tanto nas salas reais como nos campos de batalha, ou outra qualquer parte onde se achassem*), 1 tamborileiro*, 1 alaúdistas, 1 citaleiro* e 1 menestrel* (Brito e Cymbron 1992: 29).

Notícias do século XVII, atestam a existência em Lisboa de uma *banda de chameleiros* que se destinava a tocar nas procissões e actos públicos (Ribeiro 1939:243).

A partir de 1724, a *banda* real formada por 22 trombetistas e quatro timbaleiros* estava ao serviço de D. João V (Doderer 2005: 20). No livro *Manejo Prático da Infantaria*, de 1740, dedicado por Bento Gomes Coelho ao *Magnânimo* rei, encontra-se

uma gravura que retrata o desfile militar dum regimento de infantaria entestado por vários músicos, entre eles os *boazes**, trompas, *trombão** e cornetas*(Cutileiro 1982:6).

Ernesto Vieira diz-nos que *a divisão auxiliar portuguesa que em 1793 foi á guerra do Roussilon, levava «um mestre director de musica do exercito», mas nos quadros não figuravam musicos propriamente ditos, apenas mencionam:*

- 22 *pifanos**, *tambores e um tambor mór**, para cada regimento de infantaria,
- 8 *trombetas e um timbaleiro* para cada regimento de cavallaria,
- 8 *tambores para a brigada de artilharia* (Vieira 1900: 442).

Porém, tanto a gravura de 1793 da *Música do 1º Regimento da Armada Real* (v. *Anex. I*) como o historial das bandas do Exército e da Armada respectivamente demonstram, a realidade iria muito para além da legislação, pois nelas já se encontram músicos distribuídos por vários instrumentos, entre *madeiras, metais e percussão*.

Um importante marco neste processo evolutivo é o Decreto de 20 de Agosto de 1802 (*Anex. IV*), pois é o primeiro a referir a nova constituição organológica destes agrupamentos, que se nos afigura como típica das primeiras bandas em Portugal, para além disso determina que *paguem a cada hum dos Coroneis de Infantaria da Corte (...) para a satisfação de onze Muzicos de instrumental (...)* :

<i>Hum Fagote</i>	<i>Hum Clarim*</i>
<i>Hum primeiro clarinete</i>	<i>Hum Zabumba*</i>
<i>Dois segundos ditos</i>	<i>Hum Prato</i>
<i>Duas Trompas</i>	<i>Huma Caixa de Ruffo *</i>
<i>Hum Flautim</i>	

Esta evolução é assim descrita por Raimundo José da Cunha Mattos no seu *Repertorio da legislação militar* (Rio de Janeiro, 1837-46):

A música dos Portuguezes no tempo da antiga milícia consistia em Trombetas, Pifanos, Timbales e Tambores, tanto no mar como em terra. Quando se introduziu alguma ordem na marcha das tropas foi a Trombeta abandonada pela Infantaria e reservada para a Cavalaria, por se entender que não era fácil tirar sons para a cadência do passo dos soldados. Pouco à pouco foram introduzidos, como objecto de luxo alguns instrumentos de sopro; e os tocadores ou músicos eram sustentados pelos Chefes dos Corpos, ou pelos Officiais e Soldados. Em Portugal as Bandas de Música principiaram a ser pagas pelos cofres públicos, desde que se promulgou o D[ecreto] de

20 de agosto de 1802; e os instrumentos desde a publicação da R[esolução] de 14 de agosto de 1804. (Binder 2004 : 10)

Posteriormente, em 1809, por Decreto de 29 de Julho, o Marechal Beresford (então *Commandante em Chefe dos Exércitos de S.A.R. O Principe Regente Nosso Senhor*) ordenava que no Estado Maior dos Batalhões de Caçadores haja hum Mestre de Música, e 8 Músicos em lugar de dois Pifanos, que até aqui tinham (Ordem do Dia 17-8-1809 / v. Anexos IV).

Os músicos todos então contratados eram pagos na sua maioria, através de descontos no soldo dos militares pertencentes ao respectivo regimento, este facto criava descontentamento às várias partes. Aos músicos por quererem um vínculo profissional maior com a unidade militar, aos outros por terem que pagar a música do seu bolso. Esta situação fez com que se pressionasse a entrada dos músicos nos quadros para que essa despesa fosse assumida pelo reino.

Sendo assim surge legislação que pretende resolver esta situação – um decreto promulgado no Rio de Janeiro em 27 de Março de 1810 (*Anex. IV*), estabelece em cada regimento daquela corte *um corpo de musica, composto de doze a dezasseis executantes com praça de soldados, respectivos prets, farinha e fardamento, acrescentados com uma gratificação variável* (Vieira 1900: 442).

Em Portugal continental no mesmo ano, Beresford determina que os nomes dos músicos fossem inscritos no *Livro Mestre* (O.D. 9-12-1810 / *Anex. IV*).

Regressando da guerra, em 1814 com a redução de efectivos, estabeleceu-se que haveria bandas apenas nos regimentos de infantaria. Compunham-se de um mestre e oito músicos, designados *músicos de praça* e um número variável de *músicos de contrata*, que ao gosto dos comandantes aumentavam a sua banda:

Quando o exercito regressou da Guerra Peninsular, os coronéis capricharam em que os seus regimentos trouxessem á frente brilhantes musicas, e para isso contrataram muitos artistas, principalmente hespanhoes e alguns allemães (como Eduardo Neuparth e outros), a maior parte dos quaes ficaram estabelecidos no nosso paiz. (Vieira 1900: 443)

Por portaria de 16 de Dezembro de 1815 (*Anex. IV*) foram proibidos os descontos para a *música* e instituiu-se a seguinte formação de 11 elementos para cada Regimento de Infantaria, Batalhão de Caçadores e Guarda Real de Polícia:

1 - Mestre, 1º Clarinete,
1 - 1º Requinta*,

1 - Segundo 1º Clarinete,
 1 - 2º Clarinete,
 1 - 1º Trompa,
 1 - 2º Trompa,
 1 - 1º Clarim,
 1 - 1º Fagote,
 1 – Trombão ou Sarpentão*,
 1 – Bombo,
 1 - Caixa de rufo.

Admitindo-se ainda mais 6 aprendizes, podendo perfazer um total de 17 músicos: mais um flautim, dois clarinetes, 2º clarim, 2º fagote, e um serpentão* (O.D.17-12-1815).

Uma crónica alemã de 1821 relatava assim a realidade lusa:

Não se pode dizer que as músicas ou bandas regimentais sejam aqui muito perfeitas; mesmo assim muito contribuem para que os instrumentos de sopro não sejam totalmente descurados. (Brito e Cranmer 1990: 53).

Entretanto em 1838 é criada a Banda da Guarda Municipal, herdeira das *Músicas da Guarda Real de Polícia* e futura GNR.

Sinal do mal-estar contínuo pela situação dos músicos, um artigo na *Revista Militar Portuguesa* n.º 7 de 1855 (*Anex. V*) salienta o descontentamento sentido por estes (pois o músico não tinha qualquer graduação militar e como contratado não tinha direito a reforma) e faz um alerta ao governo, para que lhes seja prestada atenção, de forma a gozarem dos mesmos benefícios que os vizinhos espanhóis.

Neste sentido uma regulamentação na Ordem do Exército de 22-6-1864 (*Anex. IV*) estabelece os novos quantitativos de músicos, e a sua respectiva equiparação:

1 - Mestre de musica com a consideração de sargento ajudante,
 1 - Contramestre com a consideração de sargento quartel mestre,
 3 - Musicos de 1ª classe com a consideração de primeiros sargentos,
 4 - Musicos de 2ª classe com a consideração de segundos sargentos,
 8 - Musicos de 3ª classe com a consideração de furrieis,
 4 - Musicos de pancada*, tambores e corneteiros,
 Todos = 21 (O.E. 1864 n.º 25).

Quanto à actividade das bandas militares e dos seus componentes, ficaria regulamentada a 21 de Novembro de 1866 este documento determina por exemplo que: *as bandas militares não podem acompanhar cyrios, collocação de bandeiras, peditorios, nem mesmo tocar em arraiaes e feiras, salvo se o fizerem em coreto.* Saliente-se o facto de que na legislação conhecida sobre esta matéria ser a primeira vez que se utiliza a denominação *banda*.

Nas competências do *mestre de música* sobressaem, *o ensino e direcção dos músicos nos ensaios*, além de *acompanhar a música em todas as ocasiões de serviço, e mesmo naquellas a que a banda for chamada por contrato particular*.

O *contramestre* da música *tem a seu cargo o ensino dos músicos de 3ª classe*. Aos músicos *não é permitido irem augmentar e acompanhar philarmonicas* intituladas, “de guerrilhas”*, poderão no entanto, *exercer a sua arte nas orquestras de theatro, ou nas festividades de igreja, mas não lhe é consentido substituir o seu uniforme* (R.G.C.E. 1866: 25 / *Anex. IV*).

Os músicos, segundo o *Regulamento para as bandas de musica dos regimentos de infantaria e batalhões de caçadores do exercito* de 11 de Março de 1870, eram admitidos face a critérios escolares certamente mais exigentes que os restantes, condescendendo certamente no físico e na idade:

§1º artº 4º: Os menores desde a idade dos doze annos e com qualquer altura podem ser admittidos como musicos de 3.ª classe, alistando-se como taes, uma vez que saibam ler e escrever, e mostrem ter alguns conhecimentos de musica, disposição para a arte, e possuam as noções ou principios na applicação a qualquer instrumento.(OE , n.º 9, 1870: 88 / *Anex.IV*).

Outra importante inovação que se estabeleceu foi a regulamentação das admissões, que até então eram arbitrárias e que passam a ser feitas por concurso. Os concursos para mestre, contramestre e músico de 1ª classe realizavam-se no Conservatório, músicos de 2ª classe eram examinados no quartel e os de 3ª eram admitidos por proposta do mestre. Saliente-se o facto de como a fundação de uma escola laica de referência nacional, funciona como regulador desde muito cedo da actividade da música militar, até no domínio efectivo da legislação.

Entretanto, 1868 ficará marcado pela extinção, por motivos económicos do estado, da *Banda dos Marinheiros*, o que provoca um coro de protestos entre os lisboetas e alimenta polémicas políticas nos jornais. Dezasseis anos mais tarde, em 1884 é reactivada esta banda.

Por decreto real de 23 de Maio de 1872 é ditado um novo *Regulamento para a classificação, acesso, direitos e deveres dos musicos militares do exercito, e para a organização das bandas de musica dos corpos de caçadores e infantaria* (*Anex. IV*), em que estabelece um novo aumento no quadro efectivo das bandas, elevando-as a 26 elementos mais o *mestre*, a sua constituição era a seguinte:

- *I Requinta,*

- 1 Flautim,
- 6 Clarinetes,
- 4 Cornetins e cornetas,
- 2 Sax-trompas* ou trompas,
- 3 Trombones,
- 2 Barytonos* ou bombardinos*,
- 1 Baixo*,
- 2 Contrabaixos*,
- 1 Bombo,
- 1 Caixa de rufo,
- 1 Caixa forte*,
- 1 Pratos (O.E. 1872 n.º 20).

A 7 de Setembro de 1899 há uma nova reorganização do exército, na qual os músicos passam a formar 6 classes a que correspondem graduações, temos também pela primeira vez o *Mestre* na categoria de Oficial, como *Alferes* (O.E. 1899 n.º 9/ *Anex. IV*):

Classes	Graduações
Mestre de musica	<i>Alferes</i>
Contramestre de musica	<i>Sargento ajudante</i>
Musico de 1ª classe	<i>Primeiro sargento</i>
Musico de 2ª classe	<i>Segundo sargento</i>
Musico de 3ª classe	<i>1º Cabo</i>
Aprendiz de musica	<i>Soldado</i>
<i>§único. Os musicos de pancada* serão soldados do effectivo, nomeados pelo commandante do regimento sobre proposta dos mestres de musica.</i>	

Uma outra característica da organização músico-militar do estado português, e que denota mais uma vez a indispensabilidade destes organismos mesmo além fronteiras, são as bandas das colónias ultramarinas. Sobre esta matéria existe um decreto de 21 de Novembro de 1901, da *Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra* (O.E. 1901 n.º 17 / *Anex. IV*) o qual organiza assim, as bandas de música ultramarinas:

Províncias	<i>Bandas de música europeas</i>	<i>Bandas de música indígenas</i>
Cabo Verde		1
S. Tomé e Príncipe		1
Angola	3	
Moçambique	2	
Índia		1
Macau		1

Em Maio de 1910, o governo monárquico constitucional decreta a redução do número de bandas regimentais a apenas catorze, além de outras medidas muito penalizadoras para a música militar (Martinó 1999: 78), o que por todas as convulsões políticas que irão acontecer não se chega a verificar.

Depois da implantação da República, na reorganização de 1911, os músicos das Bandas militares passaram a formar sete classes a que correspondiam outras tantas graduações (Oliveira 1995: 679):

Classes	Graduações
Chefe de música de 1. ^a classe	<i>Capitão</i>
Chefe de música de 2. ^a classe	<i>Tenente</i>
Chefe de música de 3. ^a classe	<i>Alferes</i>
Sub-chefe de música	<i>Sargento ajudante</i>
Músico de 1. ^a classe	<i>Primeiro sargento</i>
Músico de 2. ^a classe	<i>Segundo sargento</i>
Aprendiz de música	<i>Cabo e Soldado</i>

Com as alterações verificadas na organização militar, devidas à entrada de Portugal na Grande Guerra, e também à instabilidade política vivida no país nas duas primeiras décadas, em que foram dissolvidos ou extintos alguns Regimentos de Infantaria e constituídos outros ou transformados em Batalhões de Caçadores, o número de Bandas de Música variou entre 35 e 30 até à nova organização do Exército de 1937 (*v. quadro da pág. seguinte*). Mas mesmo em condições adversas o empreendedorismo de muitos foi criando excepções à regra, como lemos nos exemplos seguintes:

Nas unidades ou armas onde não pertença banda de música, tem-se procurado (...) criar grupos musicais de carácter particular e subsidiados pelos seus fundos particulares

Em plena guerra nasceu a banda de sapadores de caminho de ferro (...), o então contra-mestre de clarins Pedro de Freitas, (...) encarregado de proceder à organização da banda(...) Finda a guerra (...) passa oficialmente ao quadro das bandas(...).

No regimento de telegrafistas, criou-se uma banda constituída também por cabos e soldados (...)

Na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, é criada uma pequena banda (...) data de 1934 (Ribeiro 1939: 240).

<u>Bandas regimentais referenciadas no período de 1914 a 1937</u>	
Unidades	Localidades
Regimento de Infantaria N.º 1	<i>Lisboa</i>
Regimento de Infantaria N.º 2	<i>Abrantes</i>
Regimento de Infantaria N.º 5	<i>Caldas da Rainha / Lisboa</i>
Regimento de Infantaria N.º 6	<i>Penafiel / Porto</i>
Regimento de Infantaria N.º 7	<i>Leiria</i>
Regimento de Infantaria N.º 8	<i>Braga</i>
Regimento de Infantaria N.º 9	<i>Lamego</i>
Regimento de Infantaria N.º 10	<i>Bragança</i>
Regimento de Infantaria N.º 11	<i>Setúbal</i>
Regimento de Infantaria N.º 12	<i>Guarda</i>
Regimento de Infantaria N.º 13	<i>Vila Real</i>
Regimento de Infantaria N.º 14	<i>Viseu</i>
Regimento de Infantaria N.º 15	<i>Lagos / Tomar</i>
Regimento de Infantaria N.º 16	<i>Évora</i>
Regimento de Infantaria N.º 17	<i>Beja</i>
Regimento de Infantaria N.º 18	<i>Porto</i>
Regimento de Infantaria N.º 19	<i>Aveiro / Chaves</i>
Regimento de Infantaria N.º 20	<i>Figueira da Foz / Guimarães</i>
Regimento de Infantaria N.º 21	<i>Covilhã</i>
Regimento de Infantaria N.º 22	<i>Portalegre</i>
Regimento de Infantaria N.º 23	<i>Coimbra</i>
Regimento de Infantaria N.º 24	<i>Aveiro</i>
Regimento de Infantaria N.º 25	<i>Angra do Heroísmo</i>
Regimento de Infantaria N.º 26	<i>Ponta Delgada</i>
Regimento de Infantaria N.º 27	<i>Funchal</i>
Batalhão de Caçadores N.º 1	<i>Abrantes / Portalegre</i>
Batalhão de Caçadores N.º 2	<i>Tomar</i>
Batalhão de Caçadores N.º 3	<i>Chaves / Bragança / Valença</i>
Batalhão de Caçadores N.º 4	<i>Elvas / Faro</i>
Batalhão de Caçadores N.º 5	<i>Lisboa</i>
Batalhão de Caçadores N.º 6	<i>Castelo Branco</i>
Batalhão de Caçadores N.º 7	<i>Lisboa</i>
Batalhão de Caçadores N.º 9	<i>Coimbra</i>
Batalhão de Caçadores N.º 11	<i>Ilha Terceira</i>
Batalhão de Sapadores	<i>Lisboa</i>

Atestando o facto da grande implantação e importância do músico militar na sociedade de então, em 1935 é apresentado na Assembleia Nacional um projecto de instrução popular em que se recorria aos músicos do exército como força pedagógico-musical (Ribeiro 1939: 242).

Salve-se o facto de que os regimentos e batalhões eram muitas vezes transferidos ou deslocados inteiramente para outras localidades, pelo que frequentemente damos com a referência da permanência de um mesmo regimento/banda numa localidade diversa:

Por 1927 a Banda do 20 de Infantaria – Guimarães – foi colocada em Tavira (!) (Freitas 1946: 150).

Porém a 11 de Maio de 1936, Oliveira Salazar assume a pasta ministerial da Guerra, tendo como subsecretário o Capitão Santos Costa, dá início à reorganização do Exército, e a partir deste momento torna-se irreversível o processo de extinção de mais de 70% das bandas existentes.

Eis um verdadeiro comentário político *in loco* sobre os contornos desta situação:

O rude golpe, desferido sobre as Bandas com as reformas do Exército de 31 de Dezembro de 1937, diz-se que já era plano antigo de anteriores ministros e que há muitos anos eram já correntes os boatos da sua extinção ou redução. O Dr. Afonso Costa, que não sabemos se era amúsico, chegou até a dizer em pleno parlamento: “mais canhões e menos trombones”.

Mas, porque ao propalarem-se tais boatos, logo surgiam movimentos de protesto, representados por abaixo-assinados firmados por milhares de indivíduos das localidades como sendo as indicadas para ficarem sem a sua Música, e porque os Governos antes do advento da Revolução Nacional eram pouco estáveis e o partido político precisava de votos para se manter no poder, a apregoada supressão era geralmente substituída por qualquer medida tendente a aplacar os reclamantes.

Disto resultava, às vezes, o serem as Bandas dos Regimentos melhoradas ou então, a criação de nova Banda.

Deste jeito, as Músicas Militares foram progredindo sempre, até que, sobretudo depois de 1930, elas eram já núcleos artísticos com possibilidade de fazer irradiar uma acção muito benéfica para a cultura musical do País, como acontecia em Viseu, e onde o respectivo Chefe nisso se empenhava (Correia 1953: 4).

Nesta reorganização um dos serviços mais profundamente afectados foram as Bandas de Música. Argumentavam que se gastava com estas bandas 8.000 contos anuais, verba idêntica à despesa com a aeronáutica.

Punha-se assim em causa a utilidade prática do dispêndio de tão elevada importância, quer no domínio militar, quer no da educação musical da população.

Opinião esta, que reflectia uma linha de pensamento em voga durante o Estado Novo, muito ao estilo da célebre frase de Salazar respondendo a um pedido de ajuda de um cantor:

“Não posso fazer nada. Se não tenho para dar aos que choram – como hei-de dar aos que cantam?” (Vieira de Carvalho 1993: 234).

No dicionário de Tomás Borba e Lopes-Graça é comentada assim esta decisão:

Em Portugal, o Decreto com força de lei n.º 28401, de 31 de Dezembro de 1937, muito por economia, certamente, mas não menos também por lamentável desconhecimento da acção educativa que estes organismos exercem nas pequenas cidades de província, tão afastadas dos grandes centros culturais, reduziu o número das anteriores bandas regimentais simplesmente a oito (Borba e Graça 1956: I,144).

Concretizando este facto da acção formadora que as bandas tinham junto das populações, retenho este exemplo significativo (*cfr.* Programas de Concerto *em Anex.V*):

(...) inserimos aqui os nomes daquilo que chamaram 34 óperas que a Banda Militar de Viseu executou em 17 concertos no Jardim do Quartel de Infantaria n.º 14, pelo ano de 1908, segundo resenha publicada em o “Commercio de Vizeu”, de 31 de Dezembro de 1908:

“Roberto o Diabo, Aïda, Fausto, Bohème, André Chénier, Danação de Fausto, Tosca, Gioconda, Le Jongleur de Notre-Dame, Rigoletto, Pescadores de Pérolas, D. Carlos, Sansão e Dalila, Carmen, Werther, Um Baile de Máscaras, Cavalleria Rusticana, Palhaços, Madame Butterfly, Rei de Lahore, Trovador, Huguenotes, Ernani, Africana, Favorita, Fédora, Lucia de Lammermoor, Manon, Marion Delorme, Propheta, Mephistófeles, Mestres Cantores, Lakmé e Mignon” (Correia 1953: 21).

A efectiva descentralização cultural efectuada por estes organismos, e a sua presença assídua junto das populações, é confirmado num anuário de 1939, que reúne toda a actividade musical em Portugal, em que mesmo já depois de algumas bandas terem sido desactivadas, ou estarem inoperantes, dá conta de mais de mil (!) concertos efectuados por bandas militares em todo o país, só nesse ano (Leiria 1940: 69).

Assim, das 32 bandas de música do exército existentes no momento da publicação do Decreto-lei 28:401 de 31-12-1937 (*Anex. IV*) ficaram 8 (sensivelmente melhoradas), localizadas nas sedes das regiões militares, pertencendo organicamente aos Regimentos de Infantaria, com a excepção de uma segunda banda no Governo Militar de Lisboa.

O quadro seguinte regista informação publicada três anos depois que confirma este facto e faz um apanhado da situação geral (Leiria 1940: 73).

BANDAS MILITARES EXISTENTES EM 1940			Chefes
Guarda Nacional Republicana			Tenente <i>L. Alves Ribeiro</i>
Armada			1.º tenente <i>Artur F. Fão</i>
Exército / Unidades		Classes	
Regimento de Infantaria n.º 1	<i>Lisboa</i>	1ª (52 músicos)	Ten. <i>Armando Fernandes</i>
Batalhão de Caçadores n.º 5	<i>Lisboa</i>	1ª “	Ten. <i>José Alves Ribeiro</i>
Regimento de Infantaria n.º 6	<i>Porto</i>	1ª “	Capitão <i>F. Alves Júnior</i>
Reg. de Infantaria n.º 12	<i>Coimbra</i>	2ª (44 músicos)	Ten. <i>D. Martins Coelho</i>
Reg. de Infantaria n.º 15	<i>Tomar</i>	2ª “	Alferes <i>Jaime G. Correia</i>
Reg. de Infantaria n.º 16	<i>Évora</i>	2ª “	Alf. <i>Manuel J. Alves</i>
Bat. Independente Inf.ª18	<i>P. Delgada</i>	3ª (36 músicos)	Ten. <i>Manuel da Silva</i>
Bat. Independente Inf.ª19	<i>Funchal</i>	3ª “	Ten. <i>Hipólito A. Gomes</i>

A este conjunto é adicionado em 1946 a recentemente oficializada *Banda da Escola Prática de Infantaria* (Maфра), e quanto ao Exército, esta estrutura só irá sofrer reajustes depois da Revolução de Abril de 1974. Em 1977 com a fusão das duas bandas referenciais da então Região Militar de Lisboa, e depois de 1979 (Dec.-Lei n.º 133/79, 17 de Maio) na representação efectiva das regiões, estabelecendo a seguinte orgânica:

- *Banda da Região Militar de Lisboa* (RML, Queluz),
- *Banda da Região Militar do Norte* (RMN, Porto),
- *Banda da Região Militar do Centro* (RMC, Coimbra),
- *Banda da Região Militar do Sul* (RMS, Évora),
- *Banda da Zona Militar da Madeira* (ZMM, Funchal),
- *Banda da Zona Militar dos Açores* (ZMA, P. Delgada),
- *Banda da Escola Prática de Infantaria* (EPI, Maфра),
- *Banda do Regimento de Infantaria de Tomar* (RIT),
- *(Orquestra Ligeira do Exército)* (OLE, Paço-de-Arcos).

Na segunda metade do século XX são também criadas ou oficializadas outras estruturas (*sobre estas bandas cfr. Anexos II e III*):

- em 1957, a BANDA DE MÚSICA DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA;

- em 1981, a BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA;
- em 1984, a BANDA DE MÚSICA DA GUARDA FISCAL.

Depois de várias reestruturações nas Forças Armadas no final do séc. XX e princípio do XXI, em termos musicais o ramo mais afectado é compreensivelmente o Exército, pois é aquele que possui várias bandas pelo território nacional, que verá reduzidas. No entanto o facto mais relevante é a institucionalização de uma banda (*sinfónica*) representativa do ramo: a BANDA DO EXÉRCITO (1988). Esta é o culminar de uma sequência histórica ininterrupta de importantes bandas desta força sediadas em Lisboa, pelo que assim será uma promoção administrativa de um estatuto reconhecido na prática há muito tempo.

Posteriormente, o ano de 1993 marca profundamente o iniciar de um novo ciclo de retracção nas bandas militares portuguesas, com a extinção das Bandas da RMC, EPI, RIT e Guarda Fiscal. Assim sendo, o quadro seguinte regista já as mudanças operadas pela mais recente legislação no que concerne ao Exército (Despacho n.º 12555, 24-5-2006 Ministério da Defesa Nacional), que com a extinção das regiões militares atribui novas designações a essas bandas.

BANDAS MILITARES PORTUGUESAS NA ACTUALIDADE (2006)

<i>EXÉRCITO:</i>
BANDA DO EXÉRCITO
Banda Militar do Porto
Banda Militar de Évora
Banda Militar dos Açores
Banda Militar da Madeira
<i>Outros Ramos :</i>
BANDA DA ARMADA
BANDA DA FORÇA AÉREA
BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
BANDA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

3 - HISTORIAL DAS MAIS ANTIGAS BANDAS PORTUGUESAS

3.1 - A BANDA DO EXÉRCITO

Herdeira das mais antigas tradições musicais do Exército Português, nomeadamente através das históricas Banda de Infantaria 1 e Banda de Caçadores 5, é instituída em 1988, por despacho de 25 de Março do Chefe do Estado Maior do Exército, General Firmino Miguel - *A BANDA DO EXÉRCITO*.

Os seus antecedentes mais directos, remontam a 1762, ano em que o antigo Terço da Junta do Comércio (ou Terço da Bolsa, fundado em 1648 por iniciativa de D. João IV, antigo corpo de infantaria de marinha, conhecido também por 2.º Regimento da Armada) foi dividido em dois regimentos, um comandado por D. José de Portugal e outro pelo Visconde de Mesquitela, sendo este o primeiro regimento de infantaria a ter uma *Música Marcial** (Cutileiro 1978: 1) composta de:

2 trombetas,
1 corneta,
2 pífaros,
1 trombão,
2 atabales.*

No ano seguinte, 1763, invocando as importantes reformas então introduzidas no exército português pelo Conde de Lippe, toma a designação de: Regimento de Infantaria de Lippe.

A sua *Música Marcial* tem a seguinte composição:

- *1 tambor-mor,*
 - *4 tambores,*
2 pífanos;

e 10 músicos distribuídos por:

- *2 cornetas,*
 - *1 baixão*,*
 - *2 boazes,*
 - *1 tuba*,*
 - *1 frauta*,*
 - *1 trombão,*
 - *1 pratilheiro,*
 - *1 timbalão*.*

Em 1806 as Unidades passam a ser numeradas, cabendo a esta a denominação de Regimento de Infantaria n.º 1. Este regimento adere à causa Miguelista em 1826, tendo na altura uma *Música de doze executantes*, dirigida por um espanhol de nome Albarran, sendo composta por:

- 2 cornetas* de chaves,
- 1 trompa,
- 1 serpentão,
- 1 flauta,
- 2 oboés,
- 1 pratileiro,
- 1 bombo,
- 1 caixa de guerra*. (Cutileiro 1978: 2).

O Rei D. Miguel determina em 1832 que este Regimento passe a denominar-se Regimento de Infantaria de Lisboa, mantendo-se a sua Música, embora reduzida a dez elementos, sob a direcção do músico italiano Vazari.

Em 1890, por apreço de Sua Majestade El-Rei D. Carlos, pela lealdade e serviços prestados por este Regimento, e querendo dar a sua esposa Rainha D. Amélia, uma prova particular de estima, determina que o mesmo se passe a designar por Regimento N.º1 de Infantaria da Rainha. A sua Banda dá concertos nos aniversários da entrada das tropas liberais em Lisboa nos dias 24 de Julho de cada ano e ainda abrilhanta festivais militares e concertos públicos no Jardim da Estrela e na Tapada da Ajuda.

Assomava a Primavera de 1849 (...). A Ajuda, nesta época, era deserta e silenciosa. Ruínas a cada passo. No largo da Patriarcal, que desabara, só havia de pé a torre! O grande sino, melancólico e solene, batia as horas e os quartos. Os ecos, repetindo-se de quebrada em quebrada, expiravam no fundo do vale, lá em baixo, na margem do rio.

O silêncio, quando o vento estava sul, era interrompido pelos sons vibrantes das bandas marciais de Infantaria 1 e de Lanceiros 2 ... (in Memórias, Bulhão Pato, 1884)

Com a abolição da Monarquia em 1910, o Regimento volta a designar-se Regimento de Infantaria N.º 1.

Sob a chefia de Maximiano Rebelo, que anteriormente tinha regido *Caçadores 5*, toma parte activa na I Guerra Mundial.

Por volta de 1950, considerada Banda de 1.^a Classe, com um efectivo de 60 elementos, eram conhecidos os concertos quer nos jardins públicos de Lisboa, quer na Emissora Nacional.

Com o envelhecimento do Aquartelamento de Belém, o Regimento muda-se para a Amadora, fazendo-se acompanhar da sua Banda de Música.

Depois de 1975 passa a designar-se Regimento de Infantaria de Queluz, aquando da sua mudança para o quartel fronteiro ao Palácio, tendo a Banda sido ali instalada já em Dezembro de 1974 (onde ainda hoje se encontra).

Da fusão em 18 de Julho de 1977 da Banda de Caçadores 5 com a Banda do RIQ, resulta a Banda da Região Militar de Lisboa, que tomou parte desde 1978 em Festivais de Bandas Militares, tendo-se deslocado ao Luxemburgo para participar nas comemorações do 135.º aniversário da Banda de Música daquele Ducado.

De um estudo solicitado à Inspecção de Bandas e Fanfarras do Exército (IBFE) resultou o Despacho de 21 de Março de 1985 do General VCEME (Vice-Chefe do Estado Maior do Exército) aprovando um quadro orgânico com 92 elementos e normas de funcionamento para a BANDA DO EXÉRCITO, que por motivos vários só foram postos em prática pelo Despacho 25/88 de 25 de Março de 1988 do General CEME (Chefe do Estado Maior do Exército).

Instituindo-se assim na prática a *BANDA SINFÓNICA DO EXÉRCITO* em 1988, parte-se também para a refundação de uma banda representativa do Governo Militar de Lisboa, com sede no RI 1 (agora na Serra da Carregueira). Banda esta extinta no ano de 2000, pela reorganização do Quadro das Bandas e Fanfarras do Exército (QBFE), ao mesmo tempo conferindo à Banda do Exército um quadro orgânico similar às suas congéneres, de características eminentemente sinfónicas – 105 elementos repartidos por naipes de sopros, cordas, percussão e teclado.

CHEFES DA BANDA

INFANTARIA I:

- ...
- *Francisco Kuchenbuch* (na lista de 1824 em *Anex. V*)
- *Albarran* (c.1826)
- *Varazzi* (c.1832)

- *Joaquim José de Jesus*
- *Nascimento*
- *Alfredo Cândido da Silva* (c.1904)
- *Manuel da Encarnação* (c.1909)
- *Maximiano de Assunção Gomes Fontoura Rebelo* (c.1917)
- *António Augusto Lopes da Silva* (c.1922)
- *Martinho Pincho Nogueira* (c.1930)
- *Capitão Manuel Joaquim Canhão*
- *Cap. Armando Fernandes* (1939-45)
- *Tenente Vasco Silvério da Rocha* (1949-55)
- *Cap. Armando Mendonça Escoto* (1955-58)
- *Cap. José Pinto Rodrigues* (1958-69)
- *Cap. António Domingos da Silva* (1969-70)
- *Cap. José Ferreira Ribeirinho Louro* (1970-72)
- *Cap. Francisco Ferreira da Silva* (1972-75)
- *Cap. Fernando Matos Simões* (1975-77)
- *Cap. José Joaquim Oliveira Santos* (1977-81)
- *Major Fernando José Sanches* (1981-83)
- *Maj. Joaquim Alves Amorim* (1984-86)
- *Maj. Armandino Abreu Silva* (1987-88)

BANDA DO EXÉRCITO:

- *Maj. Armandino Abreu Silva* (1988-89)
- *Cap. José Duarte Gaspar* (1989)
- *Maj. Idílio Martins Fernandes* (1989-91)
- *Cap. José Duarte Gaspar* (1991-93)
- *Tenente-Coronel António Moreira Teixeira* (1993-94)
- *Maj. José Duarte Gaspar* (1994-95)
- *Ten.-Cor. Armandino Abreu Silva* (1995-97)
- *Ten. Manuel Joaquim Ferreira da Costa* (1997)
- *Maj. José Pereira Marques* (1997-99)
- *Ten.-Cor. Reginaldo Serpa das Neves* (1999-2003)
- *Ten. João Maurílio de Caires Basílio* (2003-04)
- *Cap. António Manuel Dias Rodrigues* (2004-05)
- *Cap. Manuel J. Ferreira da Costa* (desde Set.2005)

3.2 - A BANDA DA ARMADA

É bastante longínqua a tradição musical a bordo dos navios da Armada portuguesa, existem vários relatos que documentam esse facto, o mais antigo surge-nos no *Roteiro da Índia* (diário de bordo da nau de Vasco da Gama escrito em 1497 por Álvaro Velho):

Ao sábado vieram obra de duzentos negros, entre grandes e pequenos, e traziam obra de doze rezes, entre bois e vacas e quatro ou cinco carneiros; e logo nós, como os vimos, fomos logo em terra. E eles começaram logo de tanger quatro ou cinco flautas, e uns tangiam alto e outros baixo, em maneira que concertavam muito bem para negros, de que se não esperava música, e bailavam como negros.

E o capitão-mor mandou tanger as trombetas, e nós em os batéis bailávamos, e o capitão-mor também, de volta conosco (Baltazar 1990: 12).

Em termos de grupo organizado, sabemos que no ano de 1740 existia no *Regimento da Armada Real* uma música que se intitulava *Charamela** (v. gravura de músico em *Anexos I*), isto pela notícia de que uma praça executante do *boase** da *charamela*, envolveu-se em desordem da qual resultou castigo corporal (Cutileiro 1981: 6). Como defende Binder:

Isto é um indício de que, nesta época, o instrumental da Charamela da Armada já tinha se modificado, tal como ocorrera à Charamela Real. É provável, portanto, que na data indicada, a Charamela da Armada já não contasse nem com charamelas propriamente ditas, nem mesmo baixões ou dulcianas, mas fizesse uso de instrumentos mais modernos, como os 'boases'* (Binder 2004: 8).

A 14 de Julho de 1788 uma *música* foi criada na *Companhia dos Guardas-Marinhas*, que existiu até 1796 (Santo 1988: 7).

O Arquivo Histórico-Militar guarda uma preciosa gravura (*Anex. I*) que representa a *Musica do 1.º regimento da Armada Real* de 1793 - nove músicos, tendo na frente um timbalão com as armas reais portuguesas do princípio do reinado da rainha *D. Maria I*.

Em 1795 continuava a existir a *música marcial* no 1.º regimento da Armada, sendo seu regente o italiano Caetano Tozi. Este era também músico da *Real câmara* e figurara nalguns serenins no Palácio de Queluz.

A 28 de Agosto de 1797 era criada, pela extinção dos 1.º e 2.º regimentos da Armada Real e do Regimento de Artilharia de Marinha - a *Brigada Real de Marinha*, no aditamento de 11 de Novembro (*Anex.IV*), a Rainha *permite que a Real Brigada tenha*

Musica e que seja composta do mesmo número de pessoas, que para este fim se concederão á nova Legião de Cavallaria Ligeira (Legislação Portuguesa 1828: 463).

Com a extinção da Legião, os seus músicos foram para a Brigada Real, passando assim ao dobro do efectivo normal (18). Por isso o Regimento de Infantaria da Corte dirigiu uma petição ao príncipe para que a sua *musica fosse aumentada* (Cutileiro 1981: 15).

Quando em 1807 D. João VI embarca para o Brasil, acompanha-o a banda da Brigada Real. Pouco antes da corte partir para o Rio de Janeiro era regente da *charanga** o italiano Pascoal Corvalini.

No regresso ao reino em 1821, apenas dois músicos vêm a bordo da nau D. João VI, a sua *música marcial* ficara no Brasil após a independência.

A Brigada é dissolvida em 1836, como consequência a 7 de Janeiro de 1837 é criado o *Batalhão Naval*, e em 1840 dotado de uma *charanga marcial* e de uma fanfarra dirigida pelo alemão Mark Holzel, que viera dum regimento prussiano a pedido de D. Fernando. Este músico trouxe para Portugal novas ideias ao gosto germânico, introduzindo novos instrumentos musicais, serpentões, corne-ingles (Cutileiro 1981: 8).

A este propósito, nos apontamentos sobre *Músicas militares* do capelão Ernesto Pereira Salles, antigo adjunto na Biblioteca do Ministério da Guerra, diz:

...ter sido o rei D. Miguel I que em 1829 introduziu nas músicas militares após o seu regresso de Viena os instrumentos musicais ao tempo conhecidos por 'Baixão de chaves com cabeça de dragão' e o 'Chapéu Chinês*' com campainhas. Que as primeiras músicas militares a serem dotadas com os novos instrumentos, foram a Brigada Real da Marinha, Infantaria do Conde de Lippe (Infantaria 1) e Infantaria 16 (...)* (Cutileiro 1981: 8).

Em 1851 é extinto o Batalhão Naval, pelo dispêndio elevado com os seus coloridos fardamentos(!), e criado para o substituir o Corpo de Marinheiros Militares.

A Charanga continuou, não certamente com o aparato anterior, mas em 1855 passa a designar-se *Corpo de Marinheiros da Armada Real*, relatos de 1863, sobre uma viagem a Bordéus acompanhando o rei D. Fernando, apontam Reinhardt como seu chefe (*ver foto em Anexos I*):

Entre nós tornou-se notável, há cerca de trinta annos, a banda dos marinheiros, menos pelo número de executantes, que não excederia vinte e cinco ou vinte e oito, do que pela qualidade d'elles e pelo bom chefe que tinham, Arthur Reinhardt, um brioso artista de origem belga (Vieira 1899: 84).

Porém a 17 de Dezembro de 1868, é dissolvida a Charanga do Corpo de Marinheiros da Armada com a seguinte justificação económica:

É a música sem dúvida nos corpos militares uma útil instituição. Em situação mais florescente do tesouro em que não fosse preceito irrefragável suprimir todas as verbas não justificadas pela sua incontestável necessidade, hesitaria o governo de Vossa Majestade em propor a eliminação de um elemento cujas vantagens militares e cujo influxo civilizador certamente se não podem contestar. Sendo porém habitualmente pouco numeroso o efectivo do Corpo de Marinheiros da Armada no quartel e cumprindo aliviar o tesouro de todos os encargos dispensáveis, entende o Governo reservar para tempos de maior prosperidade a restituição da Banda Marcial. (ap. Santo 1985: 13).

Na sequência deste facto o mestre Arthur Reinhart vai para a *philarmonica** em Regengos e *ahi falleceu obscuro e pobrissimo* (Vieira 1900: 247), o 1º clarinete suicida-se por não arranjar trabalho!

Tudo isto levanta uma onda de protestos. Ao paço e ao quartel de Alcântara chegam várias petições. No átrio do Teatro D. Maria é colocada uma enorme salva para a recolha de donativos destinados a manter a Charanga, no coreto do passeio público uma coroa de louros ostenta a dedicatória:

“A saudade pública dos passeantes amantes da boa música, à Charanga do Corpo de Marinheiros da Armada” (Cutileiro 1981: 10).

Dezasseis anos depois, pelo regulamento de 29 de Maio de 1884 é reorganizada a nova *charanga*, depois de várias alterações, em 1889, é admitido como chefe António Maria Chéu, que nela introduz instrumentos de palheta, passando mais tarde a denominar-se *Banda de Marinheiros da Armada Real (Anex. I)*. O jornal *Eco Musical* escreve em 16 de Julho de 1911, que foi António Maria Chéu que transformou a Charanga em Banda (Salgueiro 2005a: 4).

Um decreto de 1902 estabelecia a seguinte constituição: um mestre de música, dois contramestres e 49 músicos de 1ª 2ª e 3ª classe (Salgueiro 2005b: 2). Foi certamente com base neste efectivo, que a Banda dirigida pelo maestro Chéu efectuou a 3 de Abril de 1903, a gravação do primeiro disco em Portugal (*cf. Relatos da gravação em 4.2.1*). Por ocasião da visita do rei Eduardo VII, a companhia inglesa *The Gramophone and Typewriter Lda* regista, no quartel de Alcântara, a *Rapsódia Portuguesa nº2 de Rodrigues*. (A segunda gravação realizada em Portugal foi feita pela *Banda da Guarda Municipal*, um ano depois, 1904, no quartel do Carmo).

Em 1918 um decreto da Armada estabelecia uma paleta instrumental mais alargada, com destaque para a inclusão de palhetas duplas e saxofones, num total de 95 músicos (Salgueiro 2005b: 5).

A relação institucional da Banda com o exterior, é atestada pelo regulamento de 1924, determinando que os exames dos músicos da Armada passassem a realizar-se no Conservatório Nacional, com júri presidido pelo chefe da banda. Este facto levou o então director do Conservatório, José Viana da Mota, a enviar um ofício ao chefe da banda, datado de 23 de Junho de 1926:

(...) foi aprovado por unanimidade um voto de reconhecimento pelo facto de V. Ex.^a ter conseguido que os exames dos músicos da Banda da Armada, que V. Ex.^a tão superiormente rege, se realizassem nesta escola... (Santo 1985: 41).

Nos anos quarenta o quadro da banda foi reduzido, equiparando-o às bandas de 1^a classe do Exército, com cerca de 50 elementos. A partir de 1956, inicia-se a nova reorganização do quadro da banda com aumento de efectivos, no entanto será a partir de 1979 que a comumente designada *Banda da Marinha*, atingirá a presente estrutura de banda militar sinfónica.

CHEFES DA BANDA:

- ...
- *Caetano Tozi* (c.1795)
- *Pascoal Corvalini* (c.1807)
- *Mark Holzel* (c.1840)
- *Arthur Reinhardt* (c.1863-68)
- /
- 2º tenente *António Maria Chéu* (1889-1912)
- 1º tenente *José Oliveira Brito* (1912-20)
- Capitão-tenente *Artur Fernandes Fão* (1920-55)
- Capitão-de-fragata *Marcos Romão dos Reis* (1956-75)
- Capitão-tenente *Manuel Maria Baltazar* (1976-87)
- Capitão-de-fragata *José Joaquim Araújo Pereira* (1987-2005)
- Capitão-de-fragata *Carlos da Silva Ribeiro* (2006-).

3.2.1 - Relatos da gravação do primeiro disco em Portugal

Devido ao manifesto interesse histórico deste facto, ocorrido entre Março e Abril de 1903 no quartel de Alcântara pela *Banda da Marinha*, incluo neste ponto o único relato publicado sobre esta matéria, da responsabilidade de Alberto Cutileiro, baseado num ‘pequeno memorial do comandante Rio de Carvalho e de preciosas indicações escritas fornecidas pelo neto de António Maria Chéu’ (Cutileiro 1981: 13):

(...) Não quero deixar de mencionar o facto, pelo sabor histórico, da célebre gravação, e contar os pormenores desse acto, o primeiro registado em Portugal.

O disco uniface contém gravada a «Rapsódia Portuguesa n.º 2» de Rodrigues e foi registado por gravação eléctrica pela The Gramophone and Typewriter Ltd.

Em Março de 1903 desembarcava em Lisboa, consignado à firma Castelo Branco, que ao tempo vendia em Lisboa «máquinas falantes», firma que ainda existe com este nome, o súbdito de sua majestade britânica Eduardo Moll, acompanhado de um pesado caixote que, saído do porão do ‘Cidade de Liverpool’, era colocado num carro puxado a duas mueres e conduzido por duas praças de marinha, que o levaram para o quartel de marinheiros em Alcântara. Ao popular da zona ribeirinha, o caso, por natural na pacata Lisboa de então, passaria despercebido. Porém, se reparassem melhor, veriam pintados em caracteres negros, nas laterais do caixote, «The Gramophone and Typewriter Lda.» e se estivessem a par de todos os inventos aperfeiçoados da época ficariam surpresos. Em Portugal, e para melhor dizer em Lisboa, além do Paço, só meia dúzia de ricos possuíam os complicados e estranhos aparelhos munidos de enormes campânulas, que os eruditos conheciam pelo nome de gramofones e popularmente designados por «máquinas falantes». Só uma casa especializada às Portas de Santo Antão os vendia. Mas para o populacho aquilo eram coisas do demo! E havia mulheres que ouvindo sair vozes de dentro daquele estranho canudo se persignavam! O Sr. Eduardo Moll era o que hoje chamaríamos um técnico de gravação e vinha credenciado pela The Gramophone para efectuar a gravação dum disco com vista à visita a Portugal, a primeira que efectuava ao estrangeiro, do rei Eduardo VII, e que se verificaria em 2 de Abril do mesmo ano. A companhia pretendia que fossem gravadas duas composições musicais, uma pela banda da Marinha e outra pela banda da Guarda Municipal. De facto, a 2 de Abril desembarcava ao som das salvas de artilharia e dos vivas da ordenança no embandeirado Terreiro do Paço, saindo do bergantim real vindo do ‘Victoria and Albert’, o soberano da Grã-Bretanha, amigo da boa piada e não menos da elegância feminina. O popular monarca inglês tinha a aguardá-lo o seu amigo rei D. Carlos, soberano do seu mais velho aliado, que assim mostrava às cortes da Europa o seu prestígio internacional como político e como rei! Nessa noite, enquanto decorria o banquete oferecido ao monarca inglês no Paço das Necessidades, num cercado de verdura artisticamente recortado, a banda do Corpo de Marinheiros da Armada, dirigida pelo seu maestro António Maria Chéu, executou além, da rapsódia portuguesa de Rodrigues, várias partituras de enorme agrado, terminando com o hino de sua autoria, o «Hino Luso-Britânico», que no final mereceu do soberano inglês as felicitações pessoais, dadas no salão nobre do Paço. Esta notória prova de apreço e pelo trato afável dado ao ilustre músico pelo rei D. Carlos, muito o sensibilizou. Foi justamente a peça musical «Rapsódia Portuguesa n.º 2», a preferida pelo espírito comercial britânico, a utilizada pela companhia inglesa, que via assim o antecipado sucesso da venda em Portugal de máquinas e discos de sabor local da sua

produção. Razão, pois, da visita antecipada de um mês do Senhor Moll. A gravação efectuou-se no Quartel do Corpo de Marinheiros em Alcântara, numa dependência que, para o efeito, não reunia qualidades acústicas para se efectuar esta. Foi escolhida outra dependência, mas só uma terceira satisfaria as exigências do técnico Edward Moll. Eis o testemunho do oficial da armada Rio de Carvalho, que, acompanhado do comandante do corpo e de diversa oficialidade, assistiu à gravação:

«Várias praças trouxeram um grande e pesado caixote para o meio da caserna onde o chefe Chéu da Banda já se tinha reunido com os músicos. A meu lado o senhor Castelo Branco da loja das máquinas falantes que tinha conduzido junto do comandante do corpo todas as demarches para a gravação do disco e que acompanhara o inglês que vinha fazer a gravação e todos assistimos cheios de natural curiosidade às tarefas de retirar do caixote um aparelho de estranha configuração, com cornetas acústicas e múltiplas peças niqueladas que o inglês manuseava a ver se haviam sido molestadas na viagem. Era um inglês avantajado, envolto num casacão alvadio aos quadrados. Era tão alto, que ele e o chefe Chéu regente da banda, formavam um conjunto impressionante, um ao lado do outro, quando procediam à gravação emergindo sobre os marujos sentados. Quando se gravou a primeira música, o inglês colocou uma lâmina fina de estanho sobre o prato circular em aço prendendo-o nas extremidades por um anel que em seguida apertou ficando a lâmina de estanho toda justa ao prato circular onde assentava. Posto o prato a girar, o inglês deu sinal ao regente Chéu para este dar início à partitura e quando esta se iniciou colocou sobre a lâmina de estanho um braço metálico o qual tinha na ponta um estilete ou safira como lhe chamou, e esta fazia um sulco sobre a lâmina de estanho. Terminada a execução da peça musical retirou-se o prato giratório com a gravação em espiras muito justas entre si e sobre as quais o inglês lançou um líquido escuro que em seguida limpou suavemente. Depois de seca a emolução foi colocado o prato giratório no seu lugar e manuseados certos mecanismos do aparelho posto o que perante o pasmo geral de todos nós se ouviu perfeitamente a execução musical como se a estivéssemos ouvindo à distância. Só depois de três gravações e tendo mudado de sala, o inglês deu mostras de estar satisfeito, pelo agrado como felicitou o regente Chéu. Almoçou connosco a convite do comandante, bem como o Castelo Branco e durante o repasto foi nos dizendo que o prato metálico gravado com a música seria remetido para a Alemanha, onde seriam estampados os discos de forma a poderem estar em Portugal o mais breve possível.»

(...) A segunda gravação feita em Portugal foi efectuada pela então já consagrada banda da Guarda Municipal de Lisboa, um ano depois, no quartel do Carmo; tinha a dirigi-la o conceituado maestro Tabora, que a encheu de prestígio. Registava-se assim o enorme sucesso obtido pela venda do disco da banda da Armada: O tema musical escolhido para esta segunda gravação sonora feita em Portugal foi um tema de natureza militar a que os ingleses chamam «Tatoo» e o primeiro no género que os antigos registos alemães de gravação de Hanover, onde os discos eram estampados, indicam. Devemos esta preciosa achega ao professor Karl Friedrich Knötell, que gentilmente nos forneceu estes e outros dados curiosos, intitulava-se a composição gravada «Surpresa do inimigo», sendo da autoria de Martins Júnior. Disco também uniface, reproduz vozes de comando, toques de corneta, fuzilaria, carga e terminando com um desfile em continência ao som do Hino da Carta.

São estas duas raridades preciosas de gravação sonora, as primeiras efectuadas em Portugal, que se guardam no arquivo de documentação do Centro de Uniformologia e Iconografia Histórico-Militar Portuguesa, na antiga «Casa do Cavaleiro à Porta», em Lisboa. (Cutileiro 1981: 11-14)

3.3 - A BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A *Guarda Real da Polícia de Lisboa* foi a primeira organização militar armada que existiu para manter a ordem pública, criada em 1801, pelo Príncipe Regente D. João sob proposta do Intendente da Polícia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, que toma por modelo a *Gendarmerie* francesa (1791).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército como tropa de linha, seguindo de agora em diante os preceitos instituídos por aquela instituição, nomeadamente no que diz respeito à música.

O Marechal Beresford em 1810 procede à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia. Pela já citada portaria de 16 de Dezembro de 1815 (*Anex.IV*) também a *Música da Guarda Real de Polícia* passa a poder contar com um quadro de 11 a 15 elementos.

A 13 de Fevereiro de 1816, foi pedido aos 24 Regimentos de Infantaria, aos 12 Batalhões de Caçadores e à Guarda Real de Polícia, uma relação completa de todos os músicos. A Guarda Real de Polícia, além de mandar a lista pedia que o número de músicos da banda fossem de 17 sem contar com os aprendizes (Lapa 1941: 11).

No entanto em 1828 a Banda era constituída por 16 indivíduos, e chefiada por José Maria da Silveira. Dentro destes já figuram elementos pertencentes à orquestra de S. Carlos ou ao Conservatório, como Francisco d'Assis Tóra (flautista) ou José Maria Kuchembuch (professor de *instrumentos de latão*).

Em 1830 havia outro mestre de musica que era José Maria Garcia, músico que também figurou nas orquestras de S. Carlos e da *Real Câmara*.

Extinta a Guarda Real de Polícia, por decreto de 3 de Julho de 1834, foi criada em seu lugar a Guarda Municipal, para a qual transitaram a maior parte dos músicos. Por isso foi possível que a 4 de Janeiro de 1838 por decreto de D. Maria II, fosse instituída a *Banda da Guarda Municipal*, com 19 figuras chefiadas por Jerónimo Soller .

Pouco depois era Comandante Geral da Guarda Municipal D. Carlos de Mascarenhas que redige um curioso regulamento interno específico para os músicos, diria mesmo arrojado nalguns aspectos, minuciosamente conhecedor da função musical, e que se torna hoje num interessantíssimo documento de análise histórica sobre a actividade profissional dos músicos militares no Portugal do século XIX, em especial a atenção dada a aspectos deontológicos e de especificidade funcional dessa profissão que ainda hoje são por vezes postos em causa em muitas instituições deste cariz:

“CONDIÇÕES PARA A MÚSICA DA GUARDA MUNICIPAL DO MEU COMANDO (1842)

Artigo 1.º - Haverá um oficial incumbido da música que lhe passará revista, quando forem a alguma formatura, que assistirá aos ensaios, quando lhe parecer, para ver se falta alguém, e se são feitos com regularidade, mas não para os reger, pois isso pertence ao mestre, (...).

Art. 2.º - Os músicos não serão empregados em nenhum serviço que não seja relativo à sua profissão(...)

Art.3.º - Não serão obrigados a marchar com o corpo fora da capital a mais de cinco léguas, sem que proceda novo contracto.

Art. 4.º - Não poderão sair de Lisboa sem licença, e esta não lhe será concedida se durante esse tempo o corpo tiver de reunir.

Art.5.º - Ser-lhe-á concedida licença para irem tocar a qualquer festa, tanto em Lisboa como fora, com tanto porém que a Quarta parte do ganho entrará no cofre, o que deve entender-se, quando a música for toda ou a maior parte, e isto até final amortização da despesa feita com o fardamento que ultimamente receberam, e logo que a despesa esteja satisfeita haverá nova condição.

Art. 6.º - Não poderão entrar naquelas casas que, pelo decreto da criação do Corpo é proibido às praças de pret do mesmo.

Art. 7.º - Em caso de moléstia poderão tratar-se em casa se esta não exceder um a mês.

Art. 8.º - O mestre de música será obrigado em cada mês a apresentar de novo não só Sinfonias e um Walthz, como todas as peças que estão em uso, tanto antigas como modernas, assim como um passo dobrado, fazendo a despeza do papel à sua custa.

Art. 9.º - O mestre da musica será obrigado a ensinar os aprendizes, no caso de os haver.

Art. 10.º - O mestre da musica terá todo o cuidado no aceio e conservação dos instrumentos, dando parte ao oficial encarregado da musica (como único canal por onde me deve chegar tudo que fôr respectivo à musica) de todas as novidades que encontrar, não só relativo aos instrumentos, como de tudo mais.

Art. 11.º - Os musicos que aceitarem estas condições e depois se quiserem ir embora darão parte de um mês antes, e o mesmo se praticará no caso de os querer despedir, salvo se fôr por mau comportamento.

Art. 12.º - Se o corpo marchar não serão obrigados a levar às costas mochilas nem outra qualquer coisa, que os impossibilitem de tocar.

Art. 13.º - Se eu sair do Corpo por qualquer motivo ficarão de nenhum efeito estas condições e dever-se-há proceder a outras.

Art. 14.º - Todos os musicos que assinarem as presentes condições ficarão sujeitos a serem imediatamente despedidos faltando a elas assim como sofrerem os castigos de correcção que me merecerem: por estes castigos de correcção entende-se só alguns dias de prisão por algumas faltas, pois que por outras ficarão compreendidos no artigo 11.º.

D. Carlos de Mascarenhas Comandante Geral” (Lapa 1941: 21)

Nesta altura também encontramos entre os músicos da banda da *Guarda*, apelidos com real valor na vida musical de então, como Titel, Gasul, Talassi ou Haupt, outros poderíamos apontar, como João Batista Canongia em 1848, membro de uma célebre dinastia musical.

Dentro do corpo da guarda existiram outras bandas, em 1849 já existia uma banda da Guarda Municipal do Porto, mais tarde chegaram a organizar-se em 1918-19 mais três bandas que pouco duraram (Ribeiro 1939: 246).

Como já vimos esta organização rege-se também por leis gerais comuns ao Exército, por esse facto reflecte em si as regulamentações de 1864, 1870, 1872 (que eleva o número de executantes para 26), anteriormente mencionadas nos seus principais pontos. No entanto em 1901 a banda contava já com 60 figuras (*foto em Anex. I*).

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório sendo posteriormente criada por Decreto de 3 de Maio de 1911 a *Guarda Nacional Republicana*.

A *Banda da Guarda Nacional Republicana*, pelo Regulamento publicado no Diário do Governo n.º 72-1.ª série de 6/4/1926 possuía um quadro de 88 figuras, incluindo 4 rabecões e 4 violoncelos, hoje a sua estrutura sinfónica conta com 125 elementos distribuídos pelo Quadro Instrumental que na página seguinte se assinala.

Durante o século XX merecem destaque vários solistas de orquestras e/ou professores do Conservatório, entre eles: Tomás Del Negro, Teofilo Sagner, Abilio Meireles; o trompista *Adácio Pestana* ou o fagotista *João Mateus* são modelos de *competência profissional* (Freitas Branco 1959: 206).

A ligação da *Banda da Guarda*, com o Conservatório e a Orquestra da Emissora Nacional foi bastante forte, havendo situações em que o Comando Geral autoriza a anulação de concertos da Banda por músicos seus terem espectáculo com a Orquestra, sendo um exemplo paradigmático da relação entre o meio musical *civil* e o militar, justificando que *Música há só uma...*

CHEFES DA BANDA

GUARDA REAL DE POLÍCIA:

- ...
- *José Maria da Silveira* (c.1828)
- *José Maria Garcia* (c.1830)

GUARDA MUNICIPAL:

- *Jeronimo Soller* (1838-78)
- *Jacques Murat* (1878)
- *Manuel A. Gaspar* (1878-1901)
- *António G. C. Tabora* (1901-11)

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA:

- *Joaquim Fernandes Fão* (1911-35)
- *Lorenço Alves Ribeiro* (1935-59)
- *Manuel da Silva Dionísio* (1960-73)
- *Joaquim Alves Amorim* (1974-82)
- *Idílio Martins Fernandes* (1982-89)
- *Vasco da Cruz Flamino* (1989-95, 1998-2001)
- *Jacinto Coito Abrantes Montezo* (1995-98, e desde 2001)

QUADRO INSTRUMENTAL da BANDA da GNR

1 – Flautim (<i>Piccolo</i>)	2 – Harpas
3 – Flautas	8 – Trompas (<i>Cor</i>)
3 – Oboés	4 – Cornetins (<i>Cornet</i>)
1 – Corne-Inglês	6 – Trompetes
3 – Requintas (<i>Petit Clarinet mib</i>)	8 – Trombones
22 – Clarinetes Soprano	1 – Fliscorne Soprano (<i>Petit Bugle</i>)
1 – Clarinete Alto	4 – Fliscornes* (<i>Flugelhorn</i>)
2 – Clarinetes Baixo	2 – Barítonos* (<i>Euphonium</i>)
1 – Clarinete Contrabaixo	1 – Trombone-de-Canto*
1 – Saxofone Soprano	4 – Bombardinos (<i>Basses sib</i>)
3 – Saxofones Alto	2 – Contrabaixo (<i>Basses mib</i>)
3 – Saxofones Tenor	4 – Tubas* (<i>Contrebass sib</i>)
1 – Saxofone Barítono	8 – Contrabaixos de Cordas
1 – Saxofone Baixo	1 – Tímpanos
4 – Fagotes	5 – Percussão
1 – Contrafagote	
7 – Violoncelos	

4 - A BANDA MILITAR VISTA PELA SOCIEDADE

Um aspecto deveras interessante que denota uma forte interacção social, são as abundantes notícias, manifestos, louvores, críticas, relatos, disputas entre cidades, e comentários acutilantes na imprensa e outras publicações dos fins do século XIX e primeiras décadas do séc. XX, tendo como fulcro a banda militar.

Justificando o facto da comunidade sentir aquele agrupamento musical como seu, intervindo sempre em sua defesa, mesmo contra os seus regentes:

(...) a Banda do Regimento nunca esteve tão má; nunca teve um mestre que mais descuidasse os seus deveres e que menos piedade tivesse para os ouvidos dos visienses. Quase sempre má música, mal ensaiada e desafinada; música não para ouvidos cultos e delicados, mas para ouvidos selvagens. (...) Mas se está péssima a culpa é do Sr. Alves, que não representa aos seus superiores as necessidades que por lá vão; ...que deixa tirar da banda os melhores músicos sem protestar e nem tão pouco se incomodar; ...que é um mau ensaiador e mui fraco músico; a culpa é do sr. Alves, que tem defeito incurável no órgão acústico...(O Observador 23-6-1878 ap. Correia 1953: 14).

Ou ainda a escolha do repertório:

A banda do 35, de Elvas, que veio tomar parte nas Festas da Primavera, esteve prestes a sofrer uma manifestação de desgosto,... (por) se limitar a tocar só ordinários e peças ligeiras (...) (A Rabeca 15-6-1924 ap. Martinó 1999: 279).

...O outro lado em defesa da honra - vicissitudes financeiras:

Críticos apressados – Os jornais de Portalegre... atiraram-se, como Santiago aos Mouros, à banda de infantaria 35,... A banda já há tempos que se encontra mal organizada, porque não tem pancadaria e lhe faltam o 1º, 2º e 4º cornetins, um contrabaixo e um 2º trompa. O instrumental está a pedir ferro-velho.(...)* (A Fronteira 22-6-1924 ap. Martinó 1999: 279).

Mesmo as bandas regimentais da província, eram membros de pleno direito da comunidade musical nacional, que se unia em causas comuns:

(...) nenhum como ele deixou tão perduráveis e fracas recordações (...) no quarto mês da sua permanência,(durante um concerto) verificou-se uma manifestação hostil, por parte dos populares.(...) Em consequência das punições (...)a todos os seus músicos, iniciou violenta campanha contra ele o órgão defensor dos Músicos Portugueses, “Eco Musical”, em 16 de Setembro de 1914, com vista a conseguir a anulação dos castigos e a demissão deste Chefe,(...) metade da banda do 14 foi castigada, simultaneamente, por desafinação e modificação do som próprio do

instrumento(...). Depuseram contra A. Martinó, Júlio Neuparth e António Eduardo da Costa Ferreira, bem como Ernesto Vieira, José Henriques dos Santos, José Ferreira Braga e Francisco Baía, figuras de relevo na Arte musical portuguesa, (...) (Correia 1953: 24).

A acção das bandas até se reflecte nas actividades económicas das localidades, também por isso o contínuo destacamento das bandas para outras localidades despoleta um conjunto de petições ao governo para defender a permanência da *sua* banda:

Ill.mo e Ex.mo Sr. – Os abaixo assinados, interpretando os sentimentos gerais da cidade de Portalegre e cónscios de que V. Ex.^a, na qualidade de primeiro magistrado deste distrito, não duvidará auxiliar com todo o valimento a primeira representação colectiva desta cidade dirigida a V. Ex.^a, despida de todas as conveniências políticas e obedecendo simplesmente aos impulsos naturais do seu acrisolado patriotismo e amor pela sua querida cidade, depõe nas mãos de V. Ex.^a o seguinte pedido:

Vai ser ordenado o destacamento da banda regimental de infantaria n.º 22 para a cidade de Évora com manifesto prejuízo desta cidade, pois é precisamente a época em que a permanência da banda é mais útil, não só pela parte recreativa desta população, como pelo desenvolvimento comercial que, decerto, se há-de ressentir, não havendo, nas quintas e domingos, música no passeio, cuja concorrência numerosa e luxuosa ocasiona despesas de vestuário que se não farão se faltar este recreio bi-semanal.(...) Exposto isto... evite, de acordo com o Ex.mo Ministro da Guerra, a saída da banda regimental (...) (Distrito de Portalegre 27-6-1906 ap. Martinó 1999: 53).

A imprensa nacional fazia eco dos mais variados assuntos relacionados com a vida músico-militar:

Terminaram os exames de música dos contra-mestres regimentais, sobressaindo as provas feitas pelo candidato José Cândido Martinó, músico de infantaria 20, que foi classificado em primeiro lugar (O Século 15-5-1894 ap. Martinó 1999: 31).

No exemplo seguinte Artur Nogueira critica o Conservatório, em contraponto com a formação proporcionada na banda militar, rematando que esta é benéfica até para a saúde pública(!), no fim alerta para a pouca compensação desta actividade:

(...)É o mal de que enfermam quasi todas as classes artísticas e operárias no paiz, e de que resulta a ausência de sentimento artístico em todas as manifestações. O sr. Ribeiro Arthur lembrou-se e muito bem, da esthetica de Veron e trata de instruir os seus músicos de modo a habilital-os a comprehender a arte que professam (...). Mas não se admire s. ex.^a porque no Conservatório de Lisboa, não há uma aula de esthetica musical. Um aluno com o curso completo nada sabe além da technica musical, não conhece authores, epochas, estylos, escolas, não distingue o que é clássico do que é lugar comum! E exigem-lhe uma rasoavel instrução litteraria! (...)

(...) as boas bandas regimentaes, especialmente na província, muito concorrem para desenvolver o gosto pelo bello, o aperfeiçoamento do espirito pela arte que tende à perfeição moral, que tira gente à taberna e aos vícios, e que até já lhe atribuem propriedades therapeuticas em doenças nervosas.

Os músicos militares estão bem mal pagos, miseravelmente pagos, e sem uma categoria militar que lhes dê a devida consideração(...)(A Arte Musical 15-2-1907 ap. Correia 1953: 20).

Nesta parca selecção dos numerosos testemunhos da época, se depreende que por um lado o Chefe da Banda tinha toda a liberdade para impor a sua acção artística e os seus padrões estéticos, sendo o seu principal regulador, não a hierarquia militar, ou o poder institucional (do qual se desconhecem quaisquer orientações estéticas, a não ser a ténue obrigação de recolha e arranjo de música popular), mas os próprios receptores. Manifestando assim, a população, o seu apoio ou desagrado, ao vivo ou pelos jornais, organizando comités, petições ao mais alto nível, etc.

Outra característica paralela, até mesmo paradoxal aos olhos de hoje, são os artigos e publicações específicas da música militar, em que os seus elementos davam azo às suas aspirações, problemas, e mais severas críticas ao poder, à hierarquia, etc., numa linguagem acutilante e desbragada, como demonstram periódicos como: *O SARGENTO / Semanário dedicado aos sargentos e músicos do exército*, publicado em Coimbra no final do séc. XIX, e que serve de fórum para os mais variados problemas que afligem a classe dos músicos militares.

5 - O MÚSICO MILITAR nos séc.s XIX e XX

5.1 - INTRODUÇÃO

Manuel Ribeiro no seu livro de 1939, *Quadros Históricos da vida musical portuguesa*, dedica à música e aos músicos militares cerca de cinquenta páginas, em que não só faz o historial deste ramo, como salienta em pequenas biografias, uma série de personalidades que se destacam. Dentro destes nomeia 133 *Chefes de Música* e 38 instrumentistas.

Tal como no livro de Albino Lapa, *Subsídios para a história das bandas militares portuguesas* (1941), é desfiado um rol de músicos que serviram na Banda da GNR, em que se denotam fortes relações com o panorama musical *civil*, seja como regentes, solistas, professores, compositores, empreendedores, etc. Desde os mais importantes teatros de Lisboa e Porto, da Sé, Real Câmara, Patriarcal, Conservatório (desde a sua fundação com Bomtempo), Academia de Música, Casa Pia, Montepio Filarmónico, Associação de Música 24 de Junho, etc., se encontram nomes de músicos (também) militares que aí deram a sua contribuição.

Noutras obras de referência mais geral, como o *Diccionario biographico de musicos portuguezes* de Ernesto Vieira ou o *Dicionário de Música* de Tomás Borba e Lopes-Graça são também citados vários exemplos que se salientam consoante as épocas em que se inserem.

Estas obras constituem assim um *crivo* do tempo que ajuda a perceber o que de importante vai ficando, referindo-se, em traços largos, a exemplos que vão do século XIX à primeira metade do século XX.

Das obras supramencionadas selecionei primeiramente, pequenas notas biográficas mais representativas, de personalidades deste meio que têm lugar cativo na História da Música Portuguesa *tout court*, depois entre aqueles músicos militares que também foram marcantes, os que de algum modo, pela sua vida ou alguma consequência externa, nos ajudam a compreender o seu papel na sociedade, na instituição militar e na música do seu tempo.

Os três últimos escolhidos desta secção, estão ainda bem presentes na nossa memória, alguns não constam (ainda) das obras de referência, mas certamente lá figurarão quando estas forem compiladas, pois marcaram profundamente o século XX, seja na investigação, seja criando *escola* no seu instrumento, da qual ainda hoje

colhemos os frutos, através dos seus mais directos discípulos. Estas três importantes personalidades do século XX musical português, representam também, coincidentemente, as três mais antigas organizações músico-militares portuguesas (M. Joaquim - *Exército*, M. Romão - *Marinha*, A. Pestana - *Guarda*).

Finalmente, são apresentados mais a fundo aspectos biográficos de duas figuras de épocas complementares, as únicas conhecidas deste meio sobre os quais existe obra biográfica detalhada, permitindo assim reconstruir e extrapolar a evolução do músico militar em Portugal do aparecimento das bandas ao Estado Novo.

Pelo exemplo de vida de todos eles, pelo seu contributo efectivo para a música, deverão certamente pertencer, sem favor, ao lote das *grandes figuras*:

Para a comemoração do 1º de Dezembro, o Secretário-Geral da Defesa Nacional promoveu, no Pavilhão dos Desportos, um concerto por todas as Bandas Militares reunidas: Armada, Aviação, Infantaria 1, Caçadores 5 e Guarda Nacional Republicana. Quatro sobreviventes dos antigos agrupamentos congéneres existentes e uma recente criação, a da Força Aérea.

O papel das bandas militares na educação musical, com os seus efeitos e os seus benefícios, não é problema que se ponha só entre nós, porque o é em todos os países. Das suas grandes fileiras têm saído grandes figuras, que a história regista, e os elementos indispensáveis para lugares dificilmente preenchíveis nas grandes orquestras que mantêm a vida artística da nação. Se constituem, por si, autênticos conservatórios de ordem prática, são também uma das vias que dão sentido objectivo real e destino na vida aos estudos teóricos dos conservatórios. Sem eles pode-se dizer que uma parte importante da actividade musical do país morreria – e foi um colapso de que esta ainda não se ressarcia, a medida de extinção de quase todas as nossas bandas. (...) (in *O Século* 3-12-1959).

5.2 - NOTAS BIOGRÁFICAS dos músicos mais representativos

José Avelino Canongia (1784-1842) – clarinetista filho de catalão, compositor, foi músico da orquestra do Teatro do Salitre desempenhando ao mesmo tempo funções de Chefe de Banda Militar, em 1821 tocava em S. Carlos e na Real Câmara, em 1824 era mestre de instrumentos de palheta no Seminário da Patriarcal e em 1835 foi o primeiro professor desta cadeira no novo Conservatório (Borba e L. Graça 1956: I 270).

João Alberto Rodrigues da Costa (1798-1870) – atabaleiro* da Música das Reais Cavalariças que ele mais tarde transformara em Orquestra da Real Câmara, reorganizador da Irmandade de Santa Cecília, fundador do Montepio Filarmónico, é também o grande impulsionador da Associação Musical 24 de Junho precursora da Associação dos Professores de Música de Lisboa (1894) (Freitas 1939: 74).

Francisco A. N. dos Santos Pinto (1815-60) – Prolífico compositor, fez parte da banda das Reais Cavalariças e da Guarda Real de Polícia, da orquestra da Real Câmara e do S. Carlos. *Em 1854 sucedeu a Francisco Kuckembuk* (também da Guarda Real de Polícia) *no lugar de professor de instrumentos de latão do Conservatório e em 1857 ocupa o posto de mestre-director de S. Carlos* (Borba e L. Graça 1958: II 507).

José Francisco Arroio (1818-86) – de origem basca, filho de músico militar, alistou-se no Porto, onde foi clarinetista, compositor de óperas para o teatro S. João, e mestre da Guarda Municipal em 1849. Em 1855 estabelece uma casa de músicas na Rua Formosa. Foi empresário teatral e teve grande actividade política, que lhe valeu a extinção em 1862 da “sua” banda da Guarda Municipal do Porto, e a abandonar a vida de músico (Ribeiro 1939: 250). Pai de António Arroio (1856-1934) engenheiro e crítico de arte e do político e compositor João Arroio (1861-1930).

José Croner - mestre de Infantaria 4, tomou parte na revolta contra o governo em 1831, foi condenado à morte pelos miguelistas, comutada a pena em prisão perpétua, sendo solto quando venceu a causa constitucional/liberal (Borba e L. Graça 1956: I 386), pai do flautista António José e de Rafael José.

Rafael José Croner (1828-1884) – (avô do pianista e compositor Croner de Vasconcelos) natural de Lisboa, foi da *banda dos marinheiros* e depois mestre em Caçadores 5 (1855). Primoroso executante de clarinete, muito aplaudido no estrangeiro com o seu irmão António (Ribeiro 1939: 251). Em 1863 apresenta-se com uma novidade em Lisboa - o Saxofone, posteriormente é 1º oboé em S. Carlos (Borba e L. Graça 1956: I 386). [segundo programa referenciado em Moreau 1999: I 400, em 1862 Augusto Neuparth deu um recital de saxofone em S. Carlos]

Arthur Frederico Reinhardt – Mestre da *charanga* da armada até 1868.

Com a extinção da banda *nunca mais teve posição definida, e depois de esperar em vão obter alguma compensação do governo, fez diversas digressões pelas províncias dando concertos de contrabaixo, vindo a estabelecer-se como mestre de philarmonica* em Reguengos e ahí falleceu obscuro e pobrissimo.*

Arthur Reinhardt compoz uma farsa lirica, intitulada “O Congresso da Paz”, que se representou pela primeira vez no theatro do Gymnasio a 28 de junho de 1850, uma marcha – “Adamastor”- executada na cerimonia de se collocar a primeira pedra do monumento a Camões, em 28 de junho de 1862, outra marcha – “Bragança e Saboia”, escripta por ocasião do casamento de D. Luiz, e muitos outros trechos diversos, principalmente para banda militar, além de numerosos arranjos, pot-pourris, phantasias, etc. Traduziu o “Manual de Harmonia” de Elwart, publicado por Lence e Canongia, cuja edição se esgotou em pouco tempo. Na Bibliotheca de Evora existe o manuscrito de uma traducção resumida do tratado de Reicha, feita tambem por Arthur Reinhardt. Era homem illustrado e de fino trato (Vieira 1900: 247).

Jeronimo Soller (+1878) - 1.º Chefe da Banda da Guarda Municipal.

(...) durante o governo de D. Miguel esteve preso no Castello de S. Jorge, por suspeito de liberal (Vieira 1900: 38);...além de tocar clarinete em que era exímio, tocava com suma arte, contrabaixo, violino e viola. Pertenceu á orquestra de S. Carlos e foi um dos fundadores do Montepio Filarmonico e da Associação da Música de 24 de Junho (Lapa 1941: 26).

Jacques Murat (1829-78) - 2.º Chefe da Banda da Guarda Municipal. *Fez parte da orquestra de S. Carlos, como chefe dos 2ºs violinos, da Sé e da Real Câmara. Exerceu até o cargo de professor de música na Córte (Lapa 1941: 29).*

Manuel Augusto Gaspar (1843-1901) - 3.º Chefe da Banda da Guarda Municipal. *Nasceu em Angra do Heroísmo, no anno de 1843, e ainda na infancia sentou praça de musico militar (...) mestre da banda de caçadores nº 11,(...) infantaria 5(...), bom trompa(...) da orchestra do theatro de S. Carlos (Vieira 1900: 439).*

Joaquim Tomás Del-Negro (1850-1933) – contra-mestre da Banda da Guarda Municipal, foi trompista do S. Carlos e professor do Conservatório até 1930. *Foi também empresário teatral e compositor de operetas e revistas que lograram certa popularidade* (Borba e L. Graça 1956: I 415).

António Gonçalves da Cunha Tabora (1857-1911) - 4.º Chefe da Banda da Guarda Municipal. *Tirou o curso do Conservatório e era um excelente violinista. Em 1881 foi promovido a maestro da banda de infantaria 7... Foi o 1.º trompa da orquestra de S. Carlos* (Lapa 1941: 34).

Querubim António Assis (1865-1925) – chefe de banda de Infantaria 2, Lisboa, acompanhou com a sua banda a expedição de 1894 contra o Gungunhana. Foi compositor e regente da orquestra do Coliseu dos Recreios (Ribeiro 1939: 263).

Augusto Guerreiro Alves (1872-) – mestre em Caçadores 2, Lisboa. Em 1917 foi transferido para Penafiel por motivos políticos, regressando após o falecimento de Sidónio Pais; foi vítima de uma lesão cardíaca em pleno espectáculo no Teatro Avenida onde dirigia a orquestra (Ribeiro 1939: 266).

Joaquim Jacinto Figueiras (1872-) – Chefe da GNR Porto, compositor. Após a morte de Sidónio Pais, deu-se a revolução monárquica no Porto, intimado de surpresa a tocar o Hino da Carta que há muito tempo não se tocava, e que nenhum dos executantes sabia de cor, não lhe foi possível obedecer, pelo que foi ameaçado de morte, preso e separado do serviço (Ribeiro 1939: 277).

Armando Fernandes (1889-) – Dirigiu a banda de Sapadores de caminho de ferro, Caçadores 7, Infantaria 1, Polícia e dos Bombeiros municipais. *É professor de trompa no Conservatório* (Ribeiro 1939: 275).

Joaquim Fernandes Fão (1877-1947) – Chefe de música em Infantaria 26 Ponta Delgada e GNR - *por escolha dos próprios músicos* (Lapa 1941: 37). *Evidenciou-se ainda como chefe de orquestra, regendo a partir de 1920 e na sucessão de Viana da Mota, os concertos sinfónicos do Politeama, de Lisboa, e, na continuação destes, os do Ginásio, até à altura da sua extinção, em 1929. Abordou também a composição e, além*

de peças para banda, deixou um poema sinfónico, Sylmires, uma Abertura, uma Suite, para orquestra (Borba e L. Graça 1956: I, 504).

Eusébio da Silva Carvalho – Sub-chefe da GNR, músico da orquestra da Emissora Nacional... *é o melhor solista dos últimos tempos, não só em clarinete, mas também em fagote, é dos executantes portugueses que maior apreço tem merecido aos maestros estrangeiros, Sérgio Koussevi convidou-o para professor do Conservatório de Boston* (Ribeiro 1939: 280).

MANUEL JOAQUIM (1894-1986) – Tenente chefe da banda de Infantaria 14, Viseu. *Na opinião de Robert Stevenson, musicólogo norte-americano e autoridade em música antiga peninsular, o Tenente Manuel Joaquim “é o maior musicólogo investigador do nosso século”, em Portugal* (Alves 1984: 17); (...) *insigne investigador da antiga música portuguesa* (da dedicatória de Fernando Lopes-Graça no livro *A música portuguesa e os seus problemas III*, 1973).

Enquanto chefe de banda promove uma série de acções inéditas de grande valor cultural. São disso exemplos os concertos por ocasião do centenário de Goethe, de homenagem a Viana da Mota, a Haydn, Mozart, etc., tornando-se um verdadeiro educador musical do público, pela escolha e organização dos concertos (*v. programa de concerto em Anex. V*) incluindo também a música de câmara, como se depreende pelo testemunho seguinte, que é um documento interessante acerca do repertório e o nível cultural da época:

(...) escrevia o Dr. Bertino Daciano no “Orfeu”, publicado no Porto, de 15 de Dezembro de 1931: “... as bandas regimentais, onde há maestros e executantes de valor, podem auxiliar extraordinariamente a obra de divulgação e educação que é mister encetar, diminuindo o número das selecções de óperas e aumentando o repertório de peças sérias de valor, que eduquem principalmente aqueles que, muitas vezes, só nos jardins públicos, em certos dias, podem ouvir alguns bons trechos... junto dos coretos.

E isto faz-me lembrar um desabafo sincero do senhor alferes Manuel Joaquim, chefe da banda militar de Viseu, que à musicologia portuguesa muito se tem dedicado, quando um dia me escrevera numa carta: “Hei-de lutar, lutar sempre, através de todos os contratempos e dissabores, pois entendo que o artista jamais vive para o sucesso imediato, o qual, em vez de elevar só avilta”.

Realmente, aquela banda lá vai interpretando Beethoven, Haydn, Mozart, Handel, Grieg e muitos mais autores, constituindo portanto, na cidade de Viseu, a meu ver, uma esplêndida escola de arte que, pouco a pouco, terá os seus adeptos e admiradores” (Correia 1953: 35).

No entanto no fim dos concertos há sempre quem ainda não tenha captado a mensagem: (...) *que homem este, que não há maneira de tocar uma polkinha!* (Correia 1953: 40) – à que lutar, lutar sempre! ...*remando embora contra a ‘maré alta’ do batuque e pandeireta...*(Joaquim 1937: 8).

A 1ª banda da província na rádio – a 19 de Setembro de 1935, pelas 22 horas é transmitido um concerto da *banda do 14* pela Emissora Nacional. O êxito desta iniciativa está patente no número de críticas elogiosas, desde Mário de Sampaio Ribeiro, n’*A Voz* (30-9-1935), Henrique Galvão, em ofício para o Comandante do Regimento, e mormente por Luís de Freitas Branco no editorial d’*A Arte Musical* de 30 de Outubro de 1935:

Um exemplo a seguir – Nem tudo é decadência na cultura portuguesa contemporânea. Aqui e além notam-se esforços e realizações que seriam impossíveis há trinta anos. De entre essas realizações, uma desejamos louvar entre todas pelo que ela representa de energia e de inteligência. Referimo-nos à série de concertos de música elevada organizados e interpretados pelo Sr. Manuel Joaquim à frente da banda de Infantaria 14 de Viseu, banda de que é digno chefe e animador incansável

(...)Da execução podemos com perfeito conhecimento de causa formular juízo favorável por termos ouvido de Espanha transmissão muito nítida do sexto concerto. (Correia 1953: 47).

Personalidade incontornável da musicologia portuguesa, publicando trabalhos de referência, como ainda hoje é reconhecido: *A análise feita à sua obra permitirá apresentá-lo como um dos co-autores da História da Música Portuguesa* (Vila Maior 2001: x); (...) *a musicologia histórica conhece a partir dos anos trinta um importante desenvolvimento, com os trabalhos de Manuel Joaquim...* (Brito e Cymbron 1992: 170). Trabalhou para o Instituto de Alta Cultura, Fundação Gulbenkian, Universidade de Coimbra, entre outras. O seu espólio bibliográfico encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foi agraciado Cavaleiro da Ordem Militar de Avis. Os seus trabalhos traduzem também, um resultado prático, como apontam estas notas de programa pela Prof^a. M.^a Augusta Alves Barbosa a um concerto de 1948:

...as duas cantigas do Cancioneiro de Manuel Joaquim vêm mostrar-nos como eram belos os nossos cantares profanos dos séculos XV e XVI. Foi Manuel Joaquim o ilustre musicólogo, quem descobriu na Biblioteca de Elvas este cancioneiro. Estudou-o, transcreveu-o para notação moderna e tornou assim possível o enriquecimento do nosso património musical com uma obra de grande valor. (Vila Maior 2001: anexos).

MARCOS ROMÃO dos Reis Júnior (1917-2000) – Solista de orquestra, compositor, Chefe da Banda da Armada, e eminente Professor de Clarinete do Conservatório Nacional (onde formou uma *geração de ouro*: António Saiote, Manuel Jerónimo, Francisco Ribeiro, Jorge Trindade, entre muitos outros). Concluiu o Conservatório em 1937, com 20 valores na classe de *instrumentos de palheta* do professor Abílio Meireles. Coursou composição com Croner de Vasconcelos. Foi vencedor do 1.º Prémio de Clarinete da Emissora Nacional em 1947, donde parte para Paris como bolseiro da Fundação Gulbenkian, para estudar com Ulysse Délècluse. Mais tarde foi professor dos Cursos Internacionais de Música da Costa do Estoril. Com outros professores e músicos militares formou a partir daqui o *Quinteto de Sopros da Costa do Estoril*: Carlos Franco (flauta), Lopes da Cruz (oboé), Marcos Romão (clarinete), Adácio Pestana (trompa) e Álvaro Cunha (fagote). Marcos Romão foi agraciado com a medalha de Mérito Cultural, atribuída pela Secretaria de Estado da Cultura em 1989, e a medalha Infante D. Henrique, era ainda Cavaleiro da Ordem Militar de Avis.

ADÁCIO Ferreira PESTANA (1925-2004) – Trompista da Banda da GNR, Solista da Orquestra da Emissora Nacional e eminente Professor do Conservatório Nacional. Recebe pela Emissora Nacional, o prémio *Del Negro* para trompa, e na sequência deste facto ocupa o lugar de trompa solista na orquestra em 1950. Em 1952 apresenta-se a solo, pela 1.ª vez, com a Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, para executar a 1.ª audição em Portugal do *Concerto para trompa n.º1, op. 11*, de Richard Strauss. Desde 1961 foi conselheiro para a qualidade, da casa *Alexander - Mainz*, no fabrico de trompas e outros metais. Durante a sua frutífera vida musical, trabalhou no país e no estrangeiro com importantes maestros, como: Stokowski, Klemperer, Kubelik, Stravinsky, Hindemith, Sargent, Solti, Abbado, etc. Em 1978 o maestro Silva Pereira declarava:

...considero Adácio Pestana como um caso relevante no panorama musical português. Em Adácio Pestana se constata não apenas um mérito solístico invulgar como ainda uma realidade indiscutível no campo pedagógico. ...toda uma geração deve a Adácio Pestana o total preenchimento de uma lacuna que até à presença efectiva do mesmo professor não existia.... (Pestana 2004: 13).

5.3 - O MÚSICO MILITAR NO SÉCULO XIX

através da vida de Eduardo Neuparth

Neste exemplo extraído da autobiografia manuscrita do músico, salientam-se as similitudes com a condição do músico errante na Europa de oitocentos, pois a banda militar não é parte intrínseca do quartel, mas um apêndice contratado para uma função acessória não militar. Daí a facilidade com que este músico passa por várias facções opostas durante as guerras napoleónicas. Podendo ser este caso um exemplo extremo do músico romântico aplicado à vida militar, idealista, empreendedor, que a troco da oportunidade de continuar a exercer a sua arte deambula pelos mais diversos locais e padrões.

Aqui está bem patente que o músico como ideário militar, em última análise não existe, é simplesmente um profissional que como qualquer outro músico, serve a quem o emprega, independentemente de condicionalismos políticos, patrióticos, geográficos ou estéticos.

CRONOLOGIA SUMÁRIA [segundo Neuparth: 1869] :

6-1-1784 – Nasce em Poelwitz (Saxónia), *Erdmann Neuparth*.

Ainda adolescente compra um clarinete de 2 chaves e aprende por si.

Aos 15 anos sai de casa para aprender com um mestre.

1804 – 1.º clarinete na Capela do Príncipe de Lowenstein até que Napoleão invade a Prússia e devasta as propriedades do seu amo em 1806.

1807 – Passa por alguns empregos temporários, como a Capela do Príncipe Amorbach, donde sai com outros e fundam uma banda (7 músicos).

Depois vai para Mestre do 4.º regimento de linha do Gran Duque de Baden. Entretanto adoece e baixa ao hospital, após 6 meses quando se restabelece, só lhe resta o fardamento militar.

1808 – Alista-se num regimento francês que vai para Espanha, como músico e depois mestre do 119.º Regimento de linha (Campanha Peninsular).

1814 – Depois de várias derrotas, resolveu abandonar os vencidos e acolher-se aos vencedores, engajando-se como *mestre de música* no 4.º Regimento de linha português.

Com Gomes Freire, entra em Lisboa a 18 de Agosto desse ano. Pouco depois entra para a orquestra do teatro da Rua dos Condes e para o S. Carlos.

1817 – É mestre de música da nau D. João VI, indo a Livorno buscar a futura esposa de D. Pedro com destino ao Brasil, lá chega a 3 de Novembro.

1818 – (Brasil) Para além da *Música das Reaes Cavalariças*, de que faz parte, e de diversos trabalhos musicais no Rio de Janeiro, monta com Valentim Ziegler (futuro sogro) um negócio de venda de instrumentos e músicas no *Rocio*.

1821 – Regressa a Portugal com o Rei D. João VI, a 2 de Julho.

1823 – Estabelece o negócio (da mesma sociedade) em Lisboa.

1827 – Músico da Real Câmara, estabelece negócio próprio - *Casa Neuparth* (posteriormente: *Valentim de Carvalho*) na Rua Nova do Almada.

1856 – Pede a reforma ao *Monte-Pio Philarmónico*, do qual foi um dos fundadores em 1834.

+ Morre em Lisboa a 23 de Junho de 1871.

Deixa ilustre descendência: seu filho Augusto Neuparth (1830-87), famoso fagotista de S. Carlos e professor de instrumentos de palheta do Conservatório Nacional, por sua vez pai de Júlio Neuparth (1863-1919), violinista, compositor, professor de Harmonia do Conservatório Nacional, autor, editor e tradutor de manuais.

5.4 - O MÚSICO MILITAR NO ALVOR DO SÉC. XX

através de José C. Martinó

O exemplo seguinte abrange o período das últimas décadas da monarquia ao Estado Novo, passando pela crise latente da música militar na I República e o relato impressionante (aqui bastante reduzido) testemunhado na primeira pessoa, do que foi a experiência de um músico e da sua banda na 1.ª Guerra Mundial.

Marcando esta época os primeiros passos na militarização do músico nas forças armadas, que foi sendo dado desde a legislação de 1864 (equiparando as classes de músicos a graduações militares), e o funcionamento das bandas militares antes da drástica reforma de Dezembro de 1937.

Aqui se observam também as relações institucionais entre o Conservatório e as Bandas militares (a legislação de 1870 obriga a exame no Conservatório para a ascensão aos postos cimeiros da carreira de músico militar).

Reflexo da conexão profunda com o meio *civil*, são os exemplos das notícias fervorosas na imprensa e as participações em festividades religiosas e espectáculos sociais, mas principalmente, a actividade de C. Martinó como professor, autarca e cronista, é o exemplo paradigmático da importante intervenção do músico militar nos mais diversos campos da sociedade de então.

CRONOLOGIA SUMÁRIA [segundo Martinó:1999] :

19-8-1872 – Nasce em Viana do Castelo *José Cândido Martinó*, filho de Manuel Maria Martinó, músico militar de 2.ª classe do Regimento de Infantaria 3.

26-6-1885 – Ainda com 12 anos e dispondo da instrução primária, alista-se como voluntário no Regimento de Caçadores 9 sediado na sua terra natal.

1887 – Já se apresenta em Penafiel - Infantaria 20, como músico de 3.ª classe.

1888 – Músico de 2.ª classe de Infantaria 21, Covilhã.

1890 – Cumpre com distinção o exame do 2.º ano de Rudimentos no Curso Obrigatório do Conservatório de Lisboa.

1893 – Aos vinte anos atinge a 1.ª classe na sua categoria militar ao serviço de Infantaria 20, agora em Guimarães.

1894 – Faz em Lisboa exame público nacional para contramestre de bandas regimentais e posteriormente é colocado em Portalegre - Infantaria 22.

EXAME DE CONTRA-MESTRE - Fez há dias exame de contra-mestre em Lisboa o snr. José Cândido Martinó, músico de primeira classe de infantaria n.º 20, filho do Snr Manuel Maria Martinó, músico reformado do exército e hábil professor de música no Colégio de S. Dâmaso, desta cidade. O examinado deu as mais exuberantes provas do seu talento musical no concurso a que foi submetido, sendo por isso classificado como o n.º1. Ao jovem músico e a seu bondoso pai dirigimos sinceros e afectuosos parabéns. (Vimaranense 15-5-1894 ap. Martinó 1999: 31)

1896 – Aprovado por distinção no exame do terceiro e último ano do Curso de Harmonia, no Conservatório de Lisboa.

A banda do 22 é deslocada periodicamente para Évora, usualmente por períodos de três meses, donde a seguinte notícia revela o seu trabalho no meio civil:

SOCIEDADE UNIÃO EBORENSE - Realizou-se no domingo último nesta sociedade um concerto pelos 2 grupos de orquestra e bandolins,... sendo a 1.ª parte preenchida pela orquestra, habilmente regida pelo sr. José Cândido Martinó,... (A Academia 18-2-1897 ap. Martinó 1999: 35).

De volta a Portalegre: *...Era já grande a saudade que todos os portalegrenses sentiam por ouvir aquela banda; (A Plebe 16-4-1897 ap. Martinó 1999: 38).*

MÚSICA NO PASSEIO : Com uma assistência numerosa tem continuado a tocar, quintas e domingos, no coreto do passeio da Avenida D. Carlos I, a excelente banda do 22 que tão distintamente é regida pelo seu hábil contra mestre, o sr. Martinó. Em seguida publicamos o programa que hoje, das 6 às 8 da tarde, deve ser executado no mesmo recinto (O Distrito de Portalegre 4-5-1897 ap. Martinó 1999: 38).

1900 – Na *Ordem do Ministério da Guerra* de 4 de Maio é publicada a sua promoção a Chefe de Música, a 9 é transferido para Infantaria 21 – Covilhã.

Na próxima notícia estão patentes alguns pormenores da actividade extra-institucional das bandas militares:

*O S. JOÃO EM CASTELO BRANCO : (...) Durante os festejos tocaram uma filarmónica e uma banda; a filarmónica daqui e a banda da Covilhã... A banda do 21 suplantou a nossa expectativa... O sr. Martinó, hábil regente da banda, é incontestavelmente um músico muito distinto da escola moderna. Basta dizer-se, o que é significativo, que apenas conta 27 anos e é, como se vê mestre de banda. Hurrah pela banda! Um bravo a Martinó! (...) A banda do 21 foi muito vitoriosa nesta cidade, sendo calorosamente aplaudidos o seu mestre e contra mestre. Chegou na noite de 23, sendo entusiasticamente recebida na estação pela filarmónica albicastrense e muito povo, em *marche aux flambeaux**, até ao quartel. Retirou na manhã de segunda feira, 25. (...) veio ganhar a esta cidade 90\$00 e de comer. As passagens de caminho de ferro foram pagas à sua custa. Os músicos aquartelaram-se em cavalaria 8, à excepção dos srs. Martinó e Conceição, contra-mestre e músico primoroso, que ficaram no hotel Francisco (A Defesa da Beira 1-7-1900 ap. Martinó 1999: 43).*

1902 – A seu pedido é transferido para Caçadores n.º1, sediado em Abrantes.

1906 – Volta a Portalegre por permuta, para comandar a banda de Infantaria 22.

EXAMES PARA MÚSICOS : Realizaram-se na quinta feira os exames para músicos de 1.ª classe. Presidiu o sr. Capitão Ferreira Vianna tendo como vogais os srs. Martinó e Gouveia, mestre e contramestre da banda regimental de infantaria 22... (O Distrito de Portalegre 12-8-1906 ap. Martinó 1999: 56).

Continuam as disputas entre cidades por causas da banda, alimentando polémicas:

NOTÍCIAS DE ÉVORA. Música e protestos: Como esta questão da vinda da banda militar do 22 já vai descambando para o lado do ridículo, com uma ténue pontinha de azedume, para não dizermos outra coisa, por parte dos habitantes da terra da Castanha contra os da Beata, que não se pode conformar com o facto da musica destacar para aqui, e por esse motivo têm feito cavalo de batalha... (Diário de Notícias 12-9-1906 ap. Martinó 1999: 61).

1907 – Lavra requerimento oficial para casar:

“Senhor. José Cândido, mestre de música do regimento de infantaria n.º 22, desejando contrair matrimónio com D. Maria d’Alegria Ceia, a que aludem os documentos juntos, mui respeitosamente pede a Vossa Majestade a Graça de conceder ao suplicante o que humildemente requer”.

O pároco e o regedor atestam que a Sr.ª “é donzela de bons costumes e merece por isso o respeito e temor públicos” (Martinó 1999: 69).

1908 – D. Manuel confere-lhe o *Grau de Cavaleiro da Ordem de S. Tiago*.

Outras obrigações pouco artísticas:

(...) A banda do 22 retirou com direcção à carreira de tiro, onde vai receber a respectiva instrução, devendo depois recolher à sede do corpo (Diário de Notícias 19-7-1908 ap. Martinó 1999: 76).

1911 – É promovido a Chefe de 2.ª classe com a graduação de Tenente.

1912 – A 4 de Fevereiro dá uma interessante entrevista ao jornal *A Plebe* sobre o futuro das bandas militares, em Dezembro é Chefe de Música de 1.ª classe – Capitão.

Sente-se já a crise no seio da música militar:

BANDA DO 22 : A nossa banda militar, que levou um golpe de morte com a última reforma do exército, acaba de entrar no período da agonia(...). (A Plebe 7-1-1912 ap. Martinó 1999: 89).

1916 – Ecos da Guerra : segue para Tancos para receber instrução, com a 1.ª Companhia do Regimento de Infantaria n.º 22, mobilizada para a Guerra.

1917 – A 30 de Janeiro embarca mais a sua banda para a França, até ao sul da Flandres integrando o Corpo Expedicionário Português (CEP).

5.4.1 - Relatos da 1.^a Guerra Mundial

[Extraídos maioritariamente da correspondência quase diária que enviou de França para a sua filha, cerca de 500 postais (!), de Fevereiro de 1917 a Julho de 1918]

“(…)Quando na manhã frigidíssima de 9 de Fevereiro de 1917 o batalhão de infantaria n.º22 atravessou Aire-sur-la-Lys, a banda de música, devido à temperatura, ficou impossibilitada de tocar, em virtude dos pistons não funcionarem; prejudicando assim o desfile dos primeiros soldados do C.E.P. que, ao pisar terra estranha, deixaram de ouvir o hino da sua Pátria…” (O Distrito de Portalegre 18-1-1924 ap. Martinó 1999: 123).*

“França.(…) Uma banda de marinha inglesa deu um primoroso concerto das 3 às 4. (...) A execução foi magistral. 40 ou 50 figuras tinha a banda. (...)” (postal de 21-4-1917 ap. Martinó 1999: 139).

“França. Ontem fui com a música tocar a uma terra que ainda não conhecia. A banda agradou bastante. Hoje tenho uma grande marcha; das 7 da manhã às 5 da tarde” (postal de 28-4-1917 ap. Martinó 1999: 141).

“França. Ontem também tive concerto onde fui ultimamente mas fomos de carro.(…) A noite de 5 e madrugada de 6 foi uma coisa horrível. Nunca poderás fazer uma ideia aproximada de quanto isto é medonho. Estive deitado na cama, mas com a máscara. Ninguém pode dormir” (postal de 6-5-1917 ap. Martinó 1999: 142).

1918, Janeiro – Vem de licença a Portugal por um mês, no regresso aproveita uns dias em Paris para ir à *Grand Opera* e a concertos vários.

A 22 de Fevereiro está de novo na *front*.

Março – A situação das bandas na frente de batalha é periclitante, os músicos são destinados ao serviço de saúde e ao remuniciamento da brigada, o Capitão Martinó passa a ter a seu cargo o Serviço de Censura Postal.

“França. Actualmente tenho apenas 8 músicos?! aguardo com ansiedade o resultado do meu requerimento” (postal de 15-5-1918 ap. Martinó 1999: 213).

1 de Agosto de 1918 – Regressa definitivamente a Portugal.

E a vida continua...

1921 – Depois de muitas dificuldades e de uma subscrição pública para a compra de instrumentos reaparece, a público depois de 3 anos, a banda do 22 na sua terra.

No final deste ano é louvado pelo Ministro da Guerra *pela grande generosidade que mostrou, oferecendo a quantia de 330\$80 para completar a importância necessária para a aquisição de um contrabaixo para a banda do referido regimento* (Martinó 1999: 259).

1922 – São colocados na banda do 22 alguns elementos vindos da banda da GNR de Coimbra, entretanto dissolvida.

O Presidente da República institui J. C. Martinó Oficial da Ordem Militar de Avis.

1923 – Novo capítulo é aberto na sua vida pública, com o início de uma série de “Crónicas Musicais” em *O Distrito de Portalegre*.

1926 – É reactivado o Batalhão de Caçadores 1 em Portalegre.

Integra uma nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Portalegre.

1928 – ...*durante o banquete* (na visita do Ministro do Interior) *a banda de Caçadores 1, sob a regência do sr. Capitão Martinó, executou um escolhido programa* (*O Distrito de Portalegre* 12-2-1928 *ap.* Martinó 1999: 314).

Em Abril, declara às Finanças ter deixado de exercer a profissão de professor de música.

1930 – a 13 de Julho rege o seu último concerto à frente da Banda de Caçadores 1, a 19 de Agosto dá por terminada a sua carreira militar depois de 45 anos de serviço.

Daqui em diante assiste regularmente a importantes concertos em Lisboa, de que deixa memória e continua a assinar as mais importantes revistas de música nacionais e estrangeiras, mantendo assim acesa a chama da sua vocação.

+ Morre em Portalegre a 10-9-1949.

COMENTÁRIO FINAL

Uma análise muito particular ao nosso tempo, certamente demonstrará um certo apagamento do protagonismo do músico e da música militar na nossa sociedade, por boas e más razões. As boas ligadas ao desenvolvimento da educação musical por várias escolas, que vão relativizar o papel das bandas, à democratização do acesso à música, com mais orquestras e gravações. As más, estão ligadas por um lado ao conservadorismo da instituição militar, que no que diz respeito à música ainda não *acertou o passo* com a especificidade desta função e com as novas realidades que se lhe deparam. Paradoxalmente, depois de um século XX bastante frutífero no campo da composição, dotando as bandas de um repertório próprio, podendo assim afirmar a sua identidade específica de valia musical, estas estão muitas vezes agarradas ao grande repertório orquestral, no qual o termo de comparação as deixa claramente em desvantagem com o manancial de espectáculos, concertos, gravações, etc., disponíveis, como certamente qualquer melómano mais atento notará. Continua a subsistir no entanto, uma falta gritante de estruturas de divulgação e partilha do novo repertório nas bandas militares, como sejam concursos, festivais e outros eventos profissionais que estimulem e dêem a conhecer ao público nacional estas *suas* verdadeiras *Orquestras Estatais de Sopros* com o mesmo grau de exigência e expectativas criados pelas orquestras clássicas.

Por outro lado, e por omissão, conclui-se que os diversos regimes políticos portugueses do século XIX ao Estado Novo, e mesmo hoje, não sabem aproveitar, para o bem e para o mal, este instrumento de grande proximidade e consequente influência sociocultural. No caso do Estado Novo, é bem emblemática a tacanhez cultural preconizada pelo regime, pela extinção, no fim da década de trinta, de grande parte das bandas militares, não havendo a mínima compensação para este vazio.

Hoje os muitos exemplos, seja nos meios académicos, nas orquestras, etc., de excelentes elementos que contribuem para o enobrecimento da classe, não se afirmam como tal, aparecem em nome individual, não partilhando como outrora dessa *almofada de credibilidade* que a função de músico militar tinha na sociedade. Refiro-me essencialmente ao meio académico e ao da música erudita, mas no âmbito da música ligeira, popular, jazz, e na formação e direcção de bandas civis são ainda mais numerosas as presenças de músicos militares, pois são áreas que não requerem uma formação abalizada, estando mais próximas da realidade do que foi o músico militar em

Portugal até ao final do século XX. Na área que me interessa especialmente, outro exemplo significativo passa-se aquando da formação e alargamento da *Orquestra Gulbenkian*, por volta dos anos 70 do séc. XX. Aí os sopros eram maioritariamente oriundos das Bandas militares, e mesmo nas cordas figuravam alguns, até em posições de liderança de naipe. Hoje poucos exemplos subsistem, também fruto de uma nova realidade do mercado de trabalho, que não favorece e por vezes dificulta ou mesmo condena, este tipo de partilha de sinergias. Por isso a relação entre as orquestras e as bandas militares deteriorou-se, ou simplesmente deixou de contar institucionalmente, como vimos nalguns exemplos passados. Mas falando de opções contestáveis, e desperdício de sinergias, ainda há bem pouco tempo se assistiu em Portugal ao mediático *Euro'2004*, Campeonato Europeu de Futebol, ocasião que certamente não seria desperdiçada por outras nações para usar e mostrar no bom sentido, as suas bandas militares. Pelo menos na empolgante execução dos hinos nacionais que tem lugar no início de qualquer uma destas realizações. Mas não, como vimos foram simplesmente utilizadas gravações, não conferindo àquele acto, e por arrastamento às bandas militares portuguesas, a importância devida. Outros povos ainda hoje mantêm-as *sempre* presentes, nestas e noutras ocasiões similares de celebração desportiva e cultural à escala mundial, mas por cá já no século XIX se notava a desconsideração – *Em geral o músico nesta terra é tido em pouca conta* (Brito e Cranmer 1990: 40).

Apesar da intervenção sociocultural do músico militar ser hoje bastante menos significativa que antes, também como disse, pelos méritos próprios da evolução do meio musical português, penso que é sintomático de um novo horizonte de relacionamento institucional, o facto de que neste que é *o primeiro* mestrado em *Artes Musicais*, promovido pela Universidade Nova de Lisboa em colaboração com a Escola Superior de Música de Lisboa, ingressarem uma maioria de músicos que foram ou são militares de carreira (sete em dez na vertente de *madeiras*).

Por aqui se provar, como a *História* me ensinou neste trabalho de investigação, não ser inédita esta relação de proximidade, e por isso a incongruência de uma divisão maniqueísta – *música militar / música civil*, faço minhas as palavras de uma outra reflexão sobre os méritos dos músicos militares que nos antecederam, co-autores de uma cultura musical portuguesa, não encontrando o autor justificação para se ter *esquecido ou banalizado toda uma história de sucesso e de íntima ligação à sociedade dita civil* (Martínó 1999: 414).

GLOSSÁRIO

ATABALE – designação antiga de timbale ou tímpano, *atabaleiro* é o seu tocador.

BAIXÃO – antepassado directo do fagote, feito numa só peça.

BAIXÃO DE CHAVES COM CABEÇA DE DRAGÃO (*Baixo Russo*) – instrumento de bocal que estabelece a ponte entre o serpentão e o fagote. Com a configuração de fagote mas tendo campânula de metal em forma de cabeça dragão.

BAIXO – refere-se normalmente a Tuba, ou no plural, ao conjunto dos graves de metal (*baixos* = contrabaixos e tubas).

BANDA – parece ter sido a Itália que primeiro adoptou este nome para as músicas militares, este termo do final do séc. XVIII, é em Portugal, adoptado na Legislação do Exército de 1866 (*Anex. IV*), substituindo a designação até aqui empregue de "*musica*".

Hoje, uma banda de música é uma combinação essencialmente formada por instrumentos de sopro de metais, de madeiras e percussão, moldada na segunda metade do século XIX. A própria palavra banda indicando um conjunto musical se popularizou neste século, sendo que este significado não consta em nenhuma das duas edições do Dicionário da Língua Portuguesa de Rafael Bluteau, de 1740 e 1789. (Binder 2005:1).

BARÍTONO, *Barytono* – Saxhorne tenor (ver *Saxhornes*).

BOAZ, boaze, boase – arcaísmo para oboé.

BOMBARDINO – Saxhorne baixo (ver *Saxhornes*).

CAIXA FORTE ou de GUERRA – tambor de fuste metálico munido de bordões na membrana inferior, também denominada Caixa Clara ou Tambor de Guerra.

CAIXA DE RUFO – tambor sem bordões e de fuste alto também designado timbalão.

CHAPÉU CHINÊS (Pavilhão Chinês) – instrumento de percussão aureolado de campainhas e guizos que se agita na ponta de um bastão (figura em *Anexos I* também dita *Xisto*), um instrumento semelhante é o *Crescente Turco*.

CHARAMELA – para além de designar o antigo instrumento de palheta dupla precursor do oboé, foi em Portugal designação usual do agrupamento com funções cerimoniais constituído maioritariamente desses instrumentos, antecedente organológico da Banda.

“Quanto ao significado geral da palavra, parece ter se referido desde o século XV ao conjunto de instrumentos de sopro livre da corte portuguesa por conseguinte, também à Alta-Kapelle composta por instrumentos de palheta dupla e trombones e ao

corpo de trompetistas da corte. Como consta nos documentos, podia também se chamar 'Charamela' apenas a um dos grupos."(Tarr *ap.* Binder 2004:7).

CHARANGA – pequena banda de instrumentos de metal, usualmente ligada à cavalaria, e à execução a cavalo. Nos relatos de época consultados para este trabalho, é muitas vezes erroneamente utilizado, designadamente para a armada, na descrição de uma formação mais evoluída, aliás como acontece com a generalização do termo *charamela*.

CITALEIRO – tocador de *citale*, flauta pastoril feita de um tubo de cana.

CLARIM – instrumento de bocal de tubo liso mais estreito que a corneta, empregue nos sinais de ordenança, antecedente do trompete (clarim de pistões).

CONTRABAIXO – designação corrente para o Saxhorne baixo grave (mib).

CORNETA – instrumento de bocal de tubo liso e cónico empregue no serviço do exército. Aplicando o sistema de chaves (1770), e mais tarde o de pistões (1814) tanto neste como no Clarim, aparecem derivações instrumentais (como a Corneta de Chaves) dando origem a *Bugles* e *Oficleides*.

CORNETIM – corneta de pistões em sib que é em conjunto com a trompete, o soprano natural dos metais, muito usada nas Bandas em Portugal até meados do séc. XX.

DULCIANA, Dulcina, Doçaina ou Dulçaina – instrumento grave de palheta dupla da família dos oboés.

FANFARRA – pequeno grupo musical com funções marciais constituído por metais e percussão. Designou originalmente o toque de trompas e clarins usado antigamente para assinalar as diferentes peripécias de uma caçada.

FILARMÓNICA (*philharmonica*) – Banda civil, Sociedade musical de amadores.

FLISCORNE (*Flügelhorn*) – de tubagem mais larga que o trompete ou o cornetim, por isso possui um timbre mais suave, é referenciado como Saxhorne soprano.

FRAUTA – o mesmo que flauta.

HARMONIEMUSIK– termo alemão corrente para Banda, que hoje é genericamente empregue como referente à música (de câmara) composta para sopros, mormente sextetos e octetos (oboés, eventualmente flauta, clarinetes, fagotes e trompas), nos fins do séc. XVIII e no séc. XIX, embrião da Banda Militar.

No período entre 1743 e 1762 ocorreu a transição entre a banda de oboés e o conjunto de Harmoniemusik ou banda de harmonia,(...) com a fixação de um par de trompas ao conjunto, a diminuição de três para dois oboés e o uso dos clarinetes adicionados ou em substituição aos oboés. As combinações mais usuais eram "pares de

oboés, trompas e fagotes; pares de clarinetes, trompas e fagotes; pares de oboés, clarinetes, trompas e fagotes.” (Binder 2004: 4).

Em Portugal o termo *HARMONIA*, não muito comum, é referenciado por T. Borba como música ou conjunto orquestral constituído exclusivamente por instrumentos de sopro, em França é utilizado similarmente: *Harmonie* para designar Banda.

MARCHE AUX FLAMBEAUX – desfile solene, festivo, com archotes e música.

MARCIAL – relativo a militar; em movimento de marcha.

MENESTREL – músico profissional de origem plebeia ao serviço da corte.

MUSICA ALTA – distinção renascentista de música para o exterior, de ar livre, cerimonial ou militar, feita por instrumentos *altos*, mais sonoros, por oposição à música de outros mais suaves, de corte, para o interior, reservada, dita *musica baixa*.

MUSICA MILITAR – designação das bandas, charangas ou fanfarras ao serviço de organizações militares ou aparentadas. Em Portugal só em meados do séc. XIX o termo *Musica* é substituído por *Banda*. *As marchas, os passos dobrados, os ordinários e outras composições a que se imprima carácter militar* (Borba 1956 II:275).

MUSICO DE PANCADA – executante de percussão (Pancadaria, Bateria).

PANCADARIA – conjunto dos instrumentos de percussão.

PAVILLON CHINOIS (Pavilhão Chinês) – (*ver chapéu chinês*)

PICOLLO – flautim, oitavino, a mais pequena (aguda) das flautas transversais.

PÍFANO ou *PÍFARO* – antigo instrumento de sopro lateral semelhante à flauta aguda.

PISTÃO, *PISTON* – mecanismo desenvolvido para os metais, por Stölzel e Blümel, cerca de 1815, que possibilita assim toda a gama cromática a esses instrumentos.

REQUINTA (clarinete *piccolo*, *petit clarinet*) – o mais pequeno dos clarinetes, em mib.

SACABUXA – antepassado directo do trombone.

SARPENTÃO, *SERPENTÃO* – instrumento serpentiforme (*Anex. I*) do final do séc. XVI, de madeira e bocal, substituído no séc. XIX pelo *figle* ou *oficleide* de metal e chaves. No entanto em Portugal por vezes aparece este nome designando o trombone com campânula de dragão (*pavilhão de carranca*) como está patente na figuras em *Anexos I*.

SAXHORNES – a mais completa família de instrumentos de bocal (sete elementos) inventada por Adolphe Sax. Posteriormente no sentido de ordenar uma série de instrumentos paralelos, uma Convenção realizada em 1922 decidiu classificar como *Saxhorns* um variado número de instrumentos semelhantes, mas com nomes, formas e inventores diversos, como os *Bugles*, *Fliscornes*, ou as *Tubas*.

Sendo assim uniformizaram-se a lista com os seguintes membros:

- Saxhorne soprano – *Fliscorne requinta (petit bugle)*;
- Saxhorne soprano – *Fliscorne (Flügelhorn)*;
- Saxhorne alto ou contralto – chamado *Clavicorne* quando em forma de trompa (*Saxtrompa*);
- Saxhorne tenor – *Barítono (Tuba tenor)*;
- Saxhorne baixo – *Bombardino* (em uníssono com o anterior mas de tubagem mais larga, também designado *Euphonium*);
- Saxhorne baixo grave – *Contrabaixo*;
- Saxhorne contrabaixo – *Tuba (Saxtuba)*.

SAXTROMPA – (ver Saxhorne alto).

SISTEMA BOEHM – sistema desenvolvido cerca de 1830 por *Theobald Boehm*, o primeiro a aplicar conceitos científicos na construção da flauta. Com isto proporcionou melhorias técnicas, de afinação, equilíbrio e projecção, que foram influenciar a construção de todos os outros membros das *madeiras*.

TAMBOR – designação genérica para instrumento de percussão, membrana e sons indeterminados.

TAMBOR-MOR – o mestre dos tambores (chefe da fanfarra, *música marcial*), que manobrando o seu característico bastão marchava à testa dos regimentos.

TAMBORILEIRO – tocador de *tamboril*, instrumento de cordas percutidas com baqueta.

TIMBALÃO – (v. Caixa de Rufo)

TIMBALE – instrumento de percussão, membrana e sons determinados.

TROMBÃO – *Grande trompa, trombone baixo* (Borba 1956 II:653).

TROMBETA – diminutivo de tromba (trompete em italiano), sinónimo de clarim.

TROMBONE-DE-CANTO – trombone de pistões.

TUBA – em latim designa o instrumento romano que chamamos trombeta (direita, comprida e estreita), modernamente é adoptado para denominar todo o instrumento de bocal grave. Foram desenvolvidas *tubas* por Wieprich e Moritz (1835) com a intenção de substituir os *oficleides*. Na gíria das bandas portuguesas designa o mais grave de todos os instrumentos de bocal (em sib ou dó).

ZABUMBA – grande tambor, bombo.

BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE DO EXÉRCITO

1998 Lisboa: Estado Maior do Exército.

ALVES, Alexandre

1984 «Tenente Manuel Joaquim - Justa Homenagem». In *Beira Alta* 43.º vol., fasc. I/II, pp. 17-35. Viseu: Eden Gráfica.

AMORIM, Eugénio

1935 *Dicionário Biográfico de Músicos do Norte de Portugal*. Porto: Marânus.

ANDRADE, Hermes de

1989 *O “B” da Banda*. Rio de Janeiro: Gráf. Jódima.

BASÍLIO, João

2006 “Banda de Música da Zona Militar da Madeira”. In *Eurídice* n.º 3, pp. 16-20. Queluz: Banda do Exército.

BALTAZAR, Manuel Maria

1990 *A música na vida do homem do mar*. Lisboa: Academia de Marinha.

BINDER, Fernando

2004 *Bandas de Música no Brasil: Revisão de conceitos a partir de Formações instrumentais entre 1793-1826*. Anais do VI Encontro de Musicologia Histórica, Juiz de Fora (Brasil).

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (B.A.H.M.)

1984, 53.º volume, Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

BORBA, Tomás, e Fernando LOPES-GRAÇA

1956-8 *Dicionário de Música*, 2 vols. Lisboa: Cosmos.

BRENET, Michel

1917 *La Musique Militaire*. Paris : H. Laurens.

BRITO, Manuel Carlos de, e Luísa CYMBRON

1992 *História da Música Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

BRITO, Manuel Carlos de, e David CRANMER

1990 *Crónicas da Vida Musical Portuguesa na Primeira Metade do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

CARNEIRO, Álvaro

1959 *A música em Braga – biografia de artistas*. Braga, Separata de *Theologica*.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de

1888 *Subsídios para a história dos regimentos de infantaria e caçadores do exército português*. Coimbra: Imprensa Universidade.

COELHO, Domingos Martins

1961 *Manual Prático de Instrumentação*. Coimbra: Edições Olímpio Medina.

CORREIA, António Rodrigues

1953 *Esboço histórico da Banda Militar de Viseu*. Sep.ta da revista *Beira Alta*.

CUTILEIRO, Alberto

1978 *Notas históricas da Banda de Música do Regimento de Infantaria 1* (dactilografado).

1981 *Alguns subsídios para a história da Banda da Armada*. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha.

DODERER, Gerhard

2005 “A constituição da Banda Real na Corte Joanina (1701-24)”. In *Eurídice* n.º 2, pp 9-24. Queluz: Banda do Exército.

ECO, Umberto

1977 *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença; 10.^a edição, 2003.

ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Sousa

1890 *Esboço biográfico do Regimento N.º 1 de Infantaria da Rainha: antigo regimento Conde de Lippe*. Lisboa: Typ. da Comp. Nacional Ed.

FRADA, João José Cúcio

2001 *Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. Lisboa: Edições Cosmos.

FREITAS, Pedro de

1946 *História da Música Popular em Portugal*. Lisboa: edição do autor.

FREITAS BRANCO, João de

1959 *História da Música portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América.

GABLE, Dominique

2003 «La Musique De La Garde Républicaine». In *Band International*, vol.25 n.º3, p.129.

HENRIQUE, Luís

1988 *Instrumentos Musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

JOAQUIM, Manuel

1937 *A musica militar através dos tempos*. Lisboa: Arte Musical.

KENNEDY, Michael

1994 *Dicionário Oxford de Música*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LAINS, Leonor

2005 *Fernando Lopes-Graça*, in: http://www.vidaslusofonas.pt/lopes_graca.htm.

Acedido em 22-3-2005.

LAPA, Albino

1941 *Subsídios para a história das bandas militares portuguesas*. Lisboa: Oficinas da Revista *Alma Nacional*.

LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA, Collecção da; pelo Des.r Antonio Delgado da Silva

1826 – Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: Typographia Maignense.

1828 - Legislação de 1791 a 1801. (idem)

LEIRIA, César

1940 *Arquivo Musical Português*. Lisboa : Sasseti.

LOPES-GRAÇA, Fernando

1973 *A música portuguesa e os seus problemas (III)*. Lisboa: Edições Cosmos.

MARTINÓ, António Miguel

1999 *José Cândido Martinó: uma vida desenhada pela banda*. Lisboa: Colibri.

MAZZA, José

1944-45 *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*. Editor: José Augusto Alegria. Separata da revista *Ocidente*.

MOREAU, Mário

1999 *O Teatro de S. Carlos*, 2 vols. Lisboa: Hugin.

NERY, Rui Vieira, e Paulo FERREIRA DE CASTRO

1991 *História da Música*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

NEUPARTH, Eduardo

1869 *Vida d'Eduardo Neuparth escrita por sua mão, até a idade de 85 annos*.

Lisboa, (manuscrito não publicado).

O SARGENTO

1888-9 *Semanário dedicado aos sargentos e músicos do exército*. Coimbra.

OLIVEIRA, A. N. Ramires de

1995 *História do Exército Português (1910-45)*. Lisboa: EME.

ORDENS DO DIA (O.D.), Collecção das

1809, 1810, 1815. *Do Illustrissimo e Ex.mo Senhor Guilherme Carr Beresford.*

Lisboa: Quartel General.

ORDENS DO EXÉRCITO (O.E.), Collecção das

1864, 70, 72, 98 e 99; 1901, 13 e 37. Lisboa: Imprensa Nacional.

PESTANA, Dimas Ferreira

2004 “Testemunho”. In *Em memória de um grande músico*. Programa de Concerto - 21 de Junho de 2004, Lisboa: Conservatório Nacional.

POLK, Keit; et al.

2003 « Band ». In *Grove Music Online*. S.l.: Oxford University Press.
Disponível em: <http://www.grovemusic.com>. Acedido em 29 Dez. 2003.

QUEM É ALGUÉM

1947 *Dicionário Biográfico das personalidades em destaque no nosso tempo*.

Lisboa: Portugália Editora.

REGULAMENTO GERAL para o serviço dos CORPOS DO EXÉRCITO (R.G.C.E.)

1866 Lisboa: Imprensa Nacional.

RIBEIRO, Manuel

1939 *Quadros históricos da vida musical portuguesa*. Lisboa: Sasseti.

RODRIGUES, António

1998 *Os chefes de Banda Militar*. Amadora: Escola Sup. Politécnica do Exército.

SALGUEIRO, Jorge

2005a *Biografia de António Maria Chéo* (trabalho não publicado).

2005b *Biografia de Porphírio José da Cruz* (trabalho não publicado).

SANTO, Jacinto

1988 *Subsídios para a História da Banda da Armada* (trabalho não publicado).

SANTOS, João Alberto de Menezes dos

2002 *Marcos Romão dos Reis Júnior: Músico, Maestro, Professor e Compositor*
Trabalho de Licenciatura, Escola Superior de Música de Lisboa.

SCHERPEREEL, Joseph

1985 *A Orquestra e os instrumentistas da Real Câmara de Lisboa*. Lisboa:
Fundação Calouste Gulbenkian.

SUPPLEMENTO / Á / COLLECÇÃO / DE / LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA /

DO DESEMBARGADOR / ANTONIO DELGADO DA SILVA. / PELO MESMO / ANNO DE 1791 A 1820. / [...] / Lisboa. / NA TYP. DE LUIZ CORREIA DA CUNHA. / ANNO DE 1847. / costa do castello N.º 15. == 1.º Andar

VIEIRA, Ernesto

1889 *Diccionario Musical*. J.G. Pacini, 2.ª edição.

1900 *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*. Lisboa: Lambertini.

1911 *A música em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

VIEIRA DE CARVALHO, Mário

1993 *O Teatro de São Carlos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VILA MAIOR, Manuela Alexina Meneses

2001 *Manuel Joaquim: um contributo para a valorização do património artístico-musical português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.

WARTELLE, Capitaine

1999, “À propos de la musique militaire”. In *Freres D’armes* n.º168, pp.8-10.

SITES CONSULTADOS

www.exercito.pt

www.marinha.pt

www.emfa.pt (Força Aérea)

www.gnr.pt

www.psp.pt

www.bn.pt (Biblioteca Nacional)

www.arqnet.pt (*O portal da História*)

www.ipn.pt/literatura (Instituto Pedro Nunes/ Projecto Vercial)

www.grovemusic.com (*The New Grove Dictionary of Music and Musicians*)

www.imms-online.org (*International Military Music Society*)

www.worldmilitarybands.com

www.garderepublicaine.net

www.vidaslusofonas.pt

ANEXOS

I – IMAGENS

- i. *Músico da Charamela da Armada Real – 1740*
- ii. *Música do 1º Regimento da Armada Real – 1793*
- iii. *Tambor e pífano da Brigada Real da Marinha – 1797*
- iv. *Serpentões – 1806, 1809*
Chapéu Chinês (Xisto) – 1830
- v. *Musico Trompa - 1834, e Corneta do B. Naval –1837*
- vi. *Charanga da Armada – 1863, 1868, 1899*
- vii. *Banda da Armada – 1903, c.1985.*
- viii. *Banda da Guarda Municipal – 1905*
- ix. *Banda de Infantaria 22 - c.1910, Banda na I Guerra - 1918*
- x. *Banda do Exército – 1999, 2004*
- xi. *Bandas da PSP, GNR e F. Aérea (actualidade)*

II – RESTANTES BANDAS MILITARES PORTUGUESAS (em actividade)

- i. *BANDA MILITAR DO PORTO*
- ii. *BANDA MILITAR DE ÉVORA*
- iii. *BANDA MILITAR DA MADEIRA*
- iv. *BANDA MILITAR DOS AÇORES*
- v. *BANDA DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA*
- vi. *BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA*

III – BANDAS EXTINTAS NO FINAL DO SÉC. XX

- i. *Banda da Região Militar do Centro (Coimbra)*
- ii. *Banda da EPI (Mafra)*
- iii. *Banda do R. I. Tomar*
- iv. *Banda da Guarda Fiscal*

IV – LEGISLAÇÃO :

- i. *Collecção da LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA (de 1791 a 1801):*
 - a. 1797, p.463, ponto IV (11-11-1797).
- ii. *Supplemento à Collecção de Legislação Portuguesa /.../ ...1791 a 1820 : Decreto de 20-8-1802 [primeira menção aos instrumentos musicais das bandas militares]*
- iii. *Collecção das ORDENS DO DIA (Anno 1809)*
 - b. p.31 Ordem do Dia (O.D.) 24-4-1809,
 - c. p.32 (cont.),
 - d. p.97 O.D. 17-8-1809, *Copia do Decreto (de 29-7-1809).*
- iv. *Collecção da LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA (de 1802 a 1810)*
 - e. p.781 (2º.) Decreto de 20-11-1809,
 - f. p.782 (cont.) *Plano,*
 - g. p. 866 (Decreto de 27-3-1810),
 - h. p.867 (cont.).
- v. *ORDEM DO DIA 9-12-1810, p.149*
- vi. *PORTARIA 16-12-1815 (O.D. N.º 22)*
 - i. pp.157 a 160.
- vii. *Collecção das ORDENS DO EXÉRCITO / Anno de 1864*
 - j. p.24 (quadro),
 - k. pp.26, 27 (idem),
 - l. p.28, Art. 46.º (O.E. n.º 25, 22-6-1864)
 - m. p.44 (quadro da distribuição territorial das unidades).
- viii. *REGULAMENTO GERAL / para o serviço / dos / CORPOS DO EXÉRCITO / aprovado / por / Decreto de 21 de Novembro de 1866 :*
 - n. p.25, *Dos musicos,*
 - o. p.26 (cont.).
- vix. *Regulamento para as bandas de musica dos regimentos de infantaria e batalhões de caçadores do exercito. 11 de Março de 1870 (RBMRIBCE)*
 - p. 26 artigos, pág.s 88 a 93 (O. E. N.º 9, 19-3-1870).
- x. N.º 20 / ... / 28 de Maio de 1872 / *ORDEM DO EXÉRCITO / Decreto / Regulamento para a classificação, acesso, direitos e deveres dos musicos militares do exercito, e para a organização das bandas de musica dos corpos de caçadores e de infantaria - 27 artigos, páginas 129 a 140.*

- xi. *ORDEM DO EXÉRCITO N.º 9* (11-9-1899):
 - q. p.298, Art. 189.º,
 - r. p.337 Quadro N.º 13,
 - s. p.338 Quadro N.º 14.
- xii. *ORDEM DO EXÉRCITO N.º 17* (21-11-1901)
 - t. p.400, Capítulo III : *Officiaes inferiores, musicos e artifices*
 - u. p.440 Quadro N.º 2,
 - v. p.455 Quadros N.ºs 18 e 19.
- xiii. *ORDEM DO EXÉRCITO / N.º12 / 31-12-1937* (Decreto 28:401)
 - w. Art.s 40.º a 43.º.

V – OUTROS DOCUMENTOS

- i. 1815 – *Mappa dos Musicos que têm os Regimentos de Infantaria, e dos vencimentos que têm, e despeza do fardamento.*
- ii. 1816 – Requerimento de músicos *da Art.ª n.º1.*
- iii. 1824 – Lista dos músicos do Regimento de Infantaria N.º 1.
- iv. 1855 – Artigo «Os músicos militares», in: *Revista Militar Portuguesa*, n.º 7.
- v. 1897 – Requerimento, Nota de assentos e Nota de envio, de um músico do *Regimento N.º1 d'infanteria da Rainha*, que pede autorização para frequentar o Conservatório (6 páginas).
- vi. 1902 – Relação dos mestres de música em serviço no Exército.
- vii. Programas de Concerto:
 - 1905 - Banda do R. I. N.º 2 no *Real Paço de Cintra*;
 - 1934 - Concerto pela Banda de Caçadores 5;
 - 1935 - Programa de uma série de três Concertos efectuados pelas Bandas Regimentais de Infantaria 6, Inf.ª 9 e Inf.ª 14 (Tenente *Manuel Joaquim*) em Oliveira de Azeméis.

II – RESTANTES BANDAS MILITARES PORTUGUESAS

i. BANDA MILITAR DO PORTO

Até recentemente (2006) denominada Banda da Região Militar do Norte, sediada na Escola Prática de Transmissões (EPT, Porto) teve a sua origem na Banda do Regimento de Infantaria n.º 6, constituído no último quartel do século XIX.

Existiam na mesma época na Guarnição do Porto, além da citada banda, as do Regimento de Infantaria n.º 18 (da qual fizeram parte como regentes, o Capitão José Nunes, Tenente Júlio Machado, Capitão Jacinto Figueiras) e a da Guarda Republicana do Porto, dissolvida em 1928.

Após a extinção de grande parte das bandas regimentais do exército, ficou somente a do R. I. n.º 6. Foi seu primeiro regente um músico castelhano, contratado, de nome Pio Isaac Shensel, sucedeu-lhe o Capitão João Carlos de Sousa Morais, talentoso maestro e compositor, cujas obras se têm mantido através dos tempos nos mais variados programas de concerto. Seguidamente chefiaram esta banda, entre outros, os Capitães - Francisco Alves, António Alves, Maias Meira, Manuel da Silva, Carlos de Oliveira, Silva Domingues, e os Majores - Oliveira Rebelo, Alves Amorim, Moreira Teixeira, Oliveira Santos, Armandino Silva e Silva Gonçalves. Actualmente é chefiada pelo Capitão Lemos Botelho.

A exemplo do que aconteceu com outros sectores do Exército Português, também esta passou ao longo dos tempos por várias reestruturações: primeiro foi banda regimental com 40 elementos, depois banda de 1.ª classe com 60 elementos, e presentemente banda do tipo A com 70 elementos.

ii. BANDA MILITAR DE ÉVORA

Até 1927 não existiu nenhuma banda de música militar sediada em Évora, por não haver nesta cidade nenhum Regimento de Infantaria ou Batalhão de Caçadores, únicas unidades a possuírem Banda de Música. Com a criação do Regimento de Infantaria n.º 16, passa a cidade a dispor de uma Banda de Música de 2ª classe, com quadro orgânico de: 1 Sarg. Ajudante, 23 Sargentos e 21 Praças.

Anteriormente, para que a cidade não ficasse privada de Banda de Música, estas acompanhavam os Batalhões que eram destacados para Évora (fazendo todo o trajecto a pé!), onde permaneciam por períodos de três meses, dando apoio musical às forças militares e fazendo os conhecidos concertos dominicais no Jardim. Assim, estiveram nesta cidade Bandas que vinham dos mais diversos pontos do país, como Portalegre, Faro, Covilhã ou Setúbal.

Apesar de em 1937 o número de Bandas ter sido drasticamente reduzido para oito, às Regiões Militares foram atribuídas Bandas, mantendo-se assim a de Évora, mas com um quadro diferente: 1 Oficial, 32 Sargentos e 25 Praças. Por esta altura o Regimento de Infantaria n.º 16 foi transferido para Beja, ficando a banda em Évora, adstrita ao Quartel General. No início da década de 1990, deu-se nova redução com a extinção das Bandas de Mafra (EPI) e Tomar (RIT), sendo no entanto a partir deste momento que a então Banda da Região Militar do Sul viveu um dos seus períodos áureos em termos de actuações públicas, dada a forte componente de recursos humanos existente.

No ano de 2000, nova reestruturação do Exército levou a que o efectivo da Banda fosse reduzido ao actual quadro: 1 Oficial, 31 Sargentos e 11 Praças.

iii. BANDA MILITAR DA MADEIRA

Terá sido aquando da formação das bandas regimentais em todos os regimentos de infantaria portugueses, nos inícios do séc. XIX que surgiu uma Banda de Infantaria no Funchal. No entanto há relatos de bandas militares que periodicamente se deslocam à Madeira com os seus regimentos.

Em 1869 há notícia da banda militar ter sido constituída no Batalhão de Caçadores 12, sucedendo-lhe mais tarde (c. 1901) Infantaria 27. Com a *revolta da Madeira* (1931) esta suspende a actividade só reatada em 1939. É designada Banda de 3ª classe dez anos depois (1949) e passa a banda de 2ª classe no ano de 1964.

No espaço de tempo percorrido desde a sua constituição até à actualidade, esta banda impôs-se como um instrumento de cultura indispensável no panorama artístico-cultural da ilha. A génese e desenvolvimento de algumas instituições culturais, que nos nossos dias têm um reconhecido mérito na região, contaram com uma estreita colaboração de muitos dos militares desta banda.

Actualmente a Banda (de Música da Zona) Militar da Madeira é composta por um Oficial Chefe de Banda, 19 Sargentos Músicos do Quadro Permanente e 15 Praças em Regime de Contrato.

Estão referenciados como seus regentes os seguintes indivíduos:

Professor Izidoro Franco (c. 1881),
 Prof. Miguel Jorge Gomes Ribeiro (1885),
 Evaristo António Guedes (1891),
 Fernando Madeira (1902),
 Manuel Ribeiro (1917),
 José F. Pinto (1918),
 Gustavo Coelho (1921),
 António Vicente (1939),
 Hipólito Antunes Gomes (1944),
 António Francisco Marques (1946),
 Firmiliano Martins Cândido (1948),
 Bertini Fevereiro (1952),
 Francisco J. Dias (1960),

Sílvio Pleno (1962),
 Ferreira da Silva (1965),
 José E. Ferreira (1978),
 Matos Simões,
 Moreira Teixeira,
 Oliveira Santos,
 Joaquim Barrisco,
 Duarte Gaspar,
 Virgílio Ramos,
 Lemos Botelho,
 Jacinto Montezo,
 João Basílio,
 João Cerqueira.

iv. BANDA MILITAR DOS AÇORES

A Banda militar dos Açores surge depois da revolução Angrense de 22 de Junho de 1828, a favor da carta constitucional.

A partir desta rebelião criou-se o ambiente favorável para uma nova organização militar, tendo surgido a partir daí, bandas militares, primeiro na Ilha Terceira e depois em São Miguel.

Mais tarde com a mudança do Comando Militar dos Açores para Ponta Delgada, passou a existir apenas uma banda sediada inicialmente no Batalhão Independente de Infantaria n.º 18 (no antigo Convento de S. João, onde hoje se encontra o Teatro Micaelense) e depois no Quartel General da Zona Militar dos Açores em Ponta Delgada.

v. BANDA DE MÚSICA DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA (FAP)

Foi criada em 1957, pelo Dec-Lei 41.492 de 31 de Dezembro, dependendo da então Secretaria de Estado da Aeronáutica, posteriormente foi colocada na dependência do Estado Maior da Força Aérea através do Comando da Base do Lumiar.

Mais tarde, tendo sido alargado o seu quadro orgânico, foi considerada como um órgão titular de *Coronel Aeronáutico*, distintivo privado da Força Aérea que caracteriza todas as suas Unidades.

Foi seu primeiro chefe o Capitão Joaquim Alberto Cordeiro, sucedendo-lhe no cargo os Majores, Silvério Marques Pereira de Campos, Aurélio da Silva e Pinho, Mário José da Costa Marques e o Capitão Agostinho Diniz da Cunha Caineta, que cumulativamente foram Superintendentes da Banda e das Fanfarras.

Actualmente a superintendência está cometida ao Tenente-Coronel João Monteiro da Silva, sendo Chefe o Major Élio Luís Salsinha Murcho e Adjunto o Tenente José João dos Santos Serra.

A banda foi condecorada com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, pela forma exemplar e altamente profissional como os seus elementos têm cumprido as missões atribuídas desde a sua criação.

No seu Brasão de Armas ostenta como divisa:

“ *SERVINDO COM ENGENHO E ARTE* ”.

vi. BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (PSP)

As raízes desta banda remontam a um agrupamento de elementos policiais com conhecimentos de música pertencentes ao Comando Distrital da PSP de Lisboa. Em 1925, por sugestão do então 2º. Comandante da PSP de Lisboa, Major António José Rodrigues, apoiado calorosamente pelo seu Comandante, Coronel Ferreira do Amaral, foi organizada a Banda de Música da Polícia de Lisboa.

Teve a sua primeira aparição em público no ano seguinte sob a direcção do Capitão António José Esteves Graça. Posteriormente foi regida pelo Capitão Armando Fernandes, Alferes Álvaro de Sousa e Cap. José Pinto Rodrigues.

Em 1979 passa a dirigir a Banda o Major FAP Silvério Marques Pereira de Campos que impulsionou o crescimento e a oficialização da Banda, o que se veio a verificar em 1981, passando a designar-se BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, através do Dec.-Lei de 28ABR1981, regulamentada pela Portaria 665/82 de 3JUL e posta em execução por Despacho do Comandante Geral da PSP de 3AGO do mesmo ano, constituindo o seu Quadro Orgânico com 114 elementos.

O actual chefe é o Subintendente Ernesto Esteves sendo coadjuvado pelo Subcomissário José Ferreira Brito.

III – BANDAS EXTINTAS NO FINAL DO SÉC. XX

i. BANDA DA REGIÃO MILITAR DO CENTRO (RMC, Coimbra)

Esta banda foi criada no seio do Regimento de Infantaria N.º 23, sediado em Coimbra no Quartel de Santana (actual Comando da Brigada de Intervenção) onde sempre se manteve. Nas décadas de 40 e 50 do séc. XX obteve um grande impulso artístico sob a direcção do então chefe da banda Capitão Coelho. Em 1966 foi desactivada, em virtude de Coimbra deixar de ser sede de Região Militar desde 1960. Foi reactivada a banda em 1974, também pelo ressurgimento da sede de região desde 1970. Na década de 80, sob a chefia do Capitão Armandino, volta a assumir um papel preponderante no panorama militar, pois funciona como Banda-Escola do 12.º, 13.º e 14.º CFS/QBFE (Curso de Formação de Sargentos do Quadro das Bandas e Fanfarras do Exército). Nessa mesma altura cria uma Orquestra Ligeira, da então Região Militar Centro, formada por elementos da banda. Em 1993 a Região Militar do Centro (RMC) é extinta, sendo integrada na Região Militar do Norte (RMN).

Foi chefiada entre outros por:

Martins Coelho	Marcelino Santos
Silva Bertini	Reginaldo Neves
Domingos da Silva	Silva Gonçalves
José Rebelo	Pereira Marques
António Nobre,	António Varino.
Armandino Silva	

ii. BANDA DA ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA (EPI, MAFRA)

No reinado de D. Luís I, o Ministro da Guerra, Visconde de S. Januário, por carta de Lei de 22 de Agosto de 1887 funda a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria, que começaria a funcionar instalada no Convento de Mafra (anteriormente aqui estiveram aquartelados vários regimentos com a respectiva banda, segundo confirmam notícias da época). A sua banda de música teve origem em duas bandas privadas da EPI, denominadas *Banda da Sala* e *Banda de Amanuenses*.

A primeira, existente na segunda metade dos anos 30 do séc. XX, era formada por praças do serviço militar obrigatório com conhecimentos musicais, e mantida com fundos da EPI e da Sala de Convívio, findou entre 1939 e 40. A segunda é criada devido ao convite feito, cerca de 1943, a sargentos amanuenses oriundos das bandas extintas pelo Dec. Lei de 1937, para aí prestarem serviço e formarem uma banda, dirigida pelo 1.º SAR Apolinário. Esta veio a findar em 1945.

Apesar das contradições e curta existência das bandas atrás referidas, não deixaram de introduzir sensibilidade musical no espírito da EPI, sentindo-se a sua falta nos actos solenes. Assim durante o ano de 1945, apresentou-se o Tenente Chefe de Banda de Música Domingos Maria Ferreira, para formalizar a oficialização da Banda, tendo como Subchefe o SAJ MUS José Pinto Rodrigues. A banda foi então oficializada em 1946, com a categoria de 3.ª Classe (45 elementos).

Em 1948 é chefiada pelo SAJ António Luís Costa e em 1979 passa a banda Tipo B – 58 elementos.

Depois de 1988 com a viabilização da Banda do Exército e do GML (RI 1) passa a 48 elementos, sendo definitivamente extinta em 1993.

Oficiais Chefes de Banda que dirigiram a Banda da EPI:

Pinto Rodrigues (1956)	Oliveira Rebelo (1972/73)
Carlos de Oliveira (1958)	A. M. Teixeira (1973/75, 77/78)
Domingos Canhão (1959/65)	Matos Simões (1975)
Sílvio Pleno (1966)	Oliveira Santos (1975/77, 81/84)
A. Domingos da Silva (1966/69)	Idílio Fernandes (1979/81)
Alves de Amorim (1971/72)	José D. Gaspar (1986/89).

iii. BANDA DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE TOMAR (RIT)

Embora não se saiba com exactidão a data de criação desta banda, julga-se todavia estar ligada à grande reorganização nascida da Guerra Peninsular. De concreto, a sua ligação ao Regimento de Infantaria N.º 11 aquartelado na altura em Tomar, é atestada por notícia de um concerto realizado em 1897, na inauguração do coreto da Várzea Pequena, sob a regência de Querubim António de Assis. Continuando ligada a Tomar, mas já no Regimento de Infantaria N.º 15, com a designação de banda de 2.ª Classe, é a partir dos anos trinta considerada a Banda da Região Militar de Tomar, aquando da organização desta. Curiosamente o seu Quadro Orgânico passou em determinada altura – fins da década de 50 e princípios de 60 – a ser dos maiores entre as bandas militares do Exército, por se considerar ligada à SHAPE (NATO). Mais tarde, pelo Dec. Lei N.º 133/79 de 17MAI79, passou a banda do “tipo B”, ficando como segunda banda da Região Militar Centro, continuando aquartelada em Tomar, mas com a missão de apoio ao Campo de Instrução Militar de Santa Margarida. Em 1988 por Despacho do GEN. CEME de 25MAR88 é transformada em banda “tipo C”.

É extinta definitivamente em 1993.

Entre outros, foi dirigida pelos seguintes Chefes:

Francisco Curado,	Gonçalves Correia,	Oliveira Rebelo,
Manuel da Encarnação,	D. Canhão,	Góis Nobre,
Joaquim de Morais,	Vasco da Rocha,	F. Sanches,
Francisco Ferreira,	Carlos de Oliveira,	António Teixeira,
António da Rocha,	Silvério Campos,	Joaquim Barrisco,
Carraça Vila Nova,	Ribeirinho Louro,	Pereira Marques.
Duarte Craveirinha,	Eduardo Gomes,	

iv. BANDA DE MÚSICA DA GUARDA FISCAL

Esta banda teve origem numa fanfarra militar criada por Despacho do Subsecretário de Estado do Orçamento em 27 de Março de 1958, com um quadro orgânico de 24 elementos, sendo chefiada então pelo 2º Sargento Henrique Casimiro Guerra. Nove anos mais tarde, 1967, a fanfarra deu lugar a uma banda de música com 32 elementos, tendo como seu primeiro chefe o Capitão Joaquim Alberto Cordeiro, sucedendo-lhe no cargo o Cap. Sílvio Lindo Pleno, que a chefiou de 1 de Janeiro de 1978 a 31 de Dezembro de 1983. Com a publicação do Decreto-Lei 302, de 12 de Setembro de 1984, e já sob a orientação do Major Fernando José Sanches, é oficializada a Banda de Música com um quadro orgânico de 85 músicos, ficando na dependência directa do Comando Geral da Guarda Fiscal. Cerca de dez anos mais tarde é extinta a Guarda Fiscal, sendo os seus elementos incluídos na GNR. O Cap. Silva Gonçalves foi assim o seu último chefe, até ao ano de 1993.